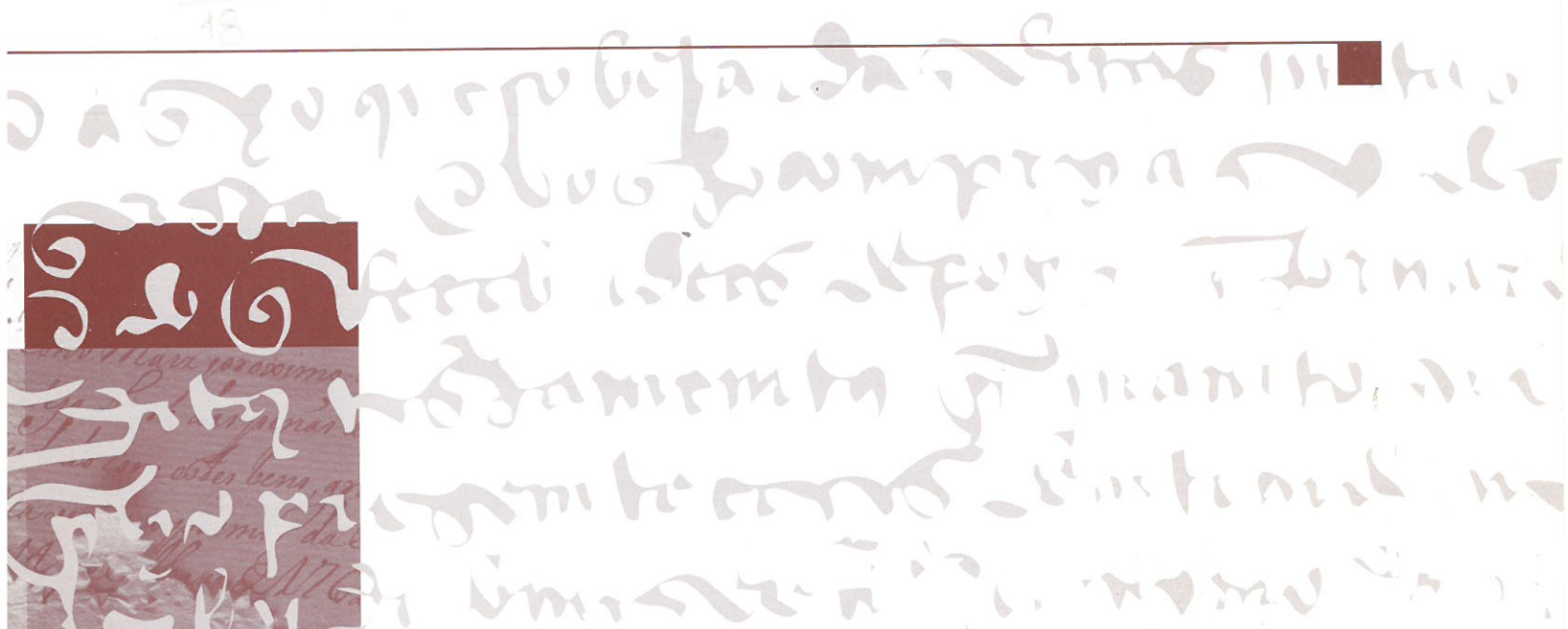


B  
229  
8  
18

Instituto de Paleografia e Diplomática da

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



Catálogo da Exposição Documental

do Legado do

Prof. Doutor Isaías da Rosa Pereira

Maria Helena da Cruz Coelho  
Maria José Azevedo Santos  
Saul António Gomes  
Maria do Rosário Barbosa Morujão

Nº 724

Departamento de História

Instituto de Paleografia e Diplomática

Universidade de Coimbra

17/05/2000



UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
Faculdade de Letras



1316680115

Título: *Catálogo da Exposição Documental do Legado do Prof. Doutor Isaías da Rosa Pereira*

Autoria: *Instituto de Paleografia e Diplomática*

*Maria Helena da Cruz Coelho*

*Maria José Azevedo Santos*

*Saul António Gomes*

*Maria do Rosário Barbosa Morujão*

Edição: *Reitoria da Universidade de Coimbra no âmbito da II Semana da Mostra Cultural da Universidade de Coimbra*

Local e Data: *Coimbra, 2000*

Design Gráfico: *Carla Nogueira*

Fotografia: *Paulo Magalhães*

*Luís Miguel Répas*

*500 exemplares*

Impressão e acabamento: *Tipografia Cruz e Cardoso*  
*Figueira da Foz*

Depósito Legal: *147 923/00*

*Nenhuma ou qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida sem autorização prévia e escrita dos autores*

Apresentação da Exposição —

*Prof<sup>ta</sup> Doutora Maria Helena da Cruz Coelho* 5

Evocação bio-bibliográfica do Prof. Doutor Isaías da Rosa Pereira —

*Prof<sup>ta</sup> Doutora Maria José Azevedo Santos* 13

A Criação de Hermes numa Colecção de Documentos Antigos... —

*Mestre Saul António Gomes* 23

Índice cronológico dos documentos expostos —

39

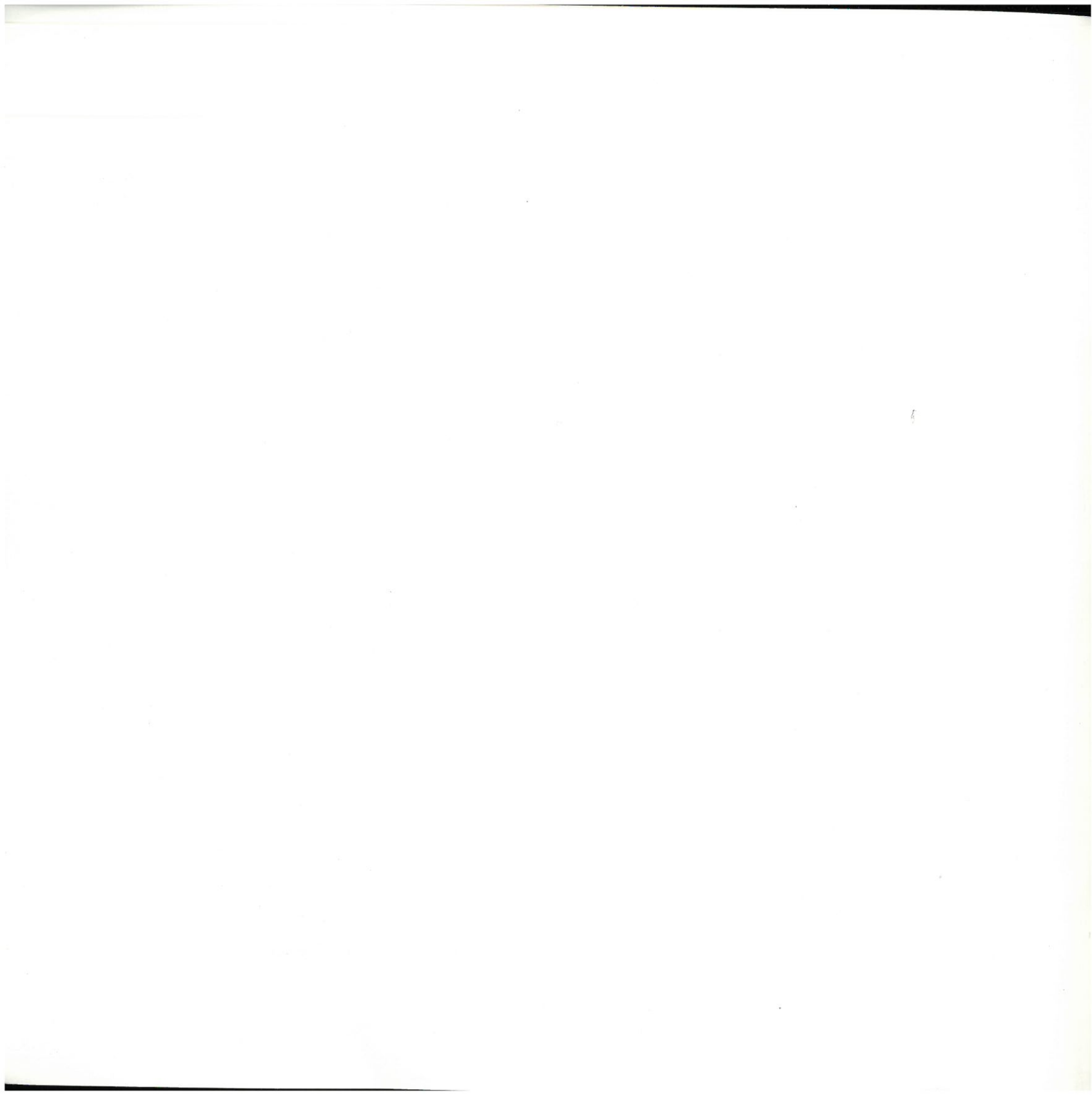
Catálogo da Colecção Documental —

41

*Mestre Saul António Gomes*

e

*Mestre Maria do Rosário Barbosa Morujão.*



Em 1983, o Instituto de Paleografia e Diplomática publicou a obra *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Séculos XII-XVIII)*, dando a conhecer o rico acervo documental de pergaminhos que possuía. Agora, passadas quase duas décadas, o referido Instituto publica o *Catálogo dos documentos* que constituem o legado do Prof. Isaías da Rosa Pereira. Dando provas manifestas do seu contínuo empenho em valorizar-se, mas não menos de uma feliz ocorrência.

Isaías da Rosa Pereira, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras de Lisboa, de quem, em seguida, se apresenta uma sucinta bio-bibliografia, doou, em Maio de 1991, ao Instituto de Paleografia e Diplomática, uma colecção de cerca de seis dezenas de documentos, acrescida de um significativo número dos mais antigos e raros volumes da prestigiada revista da especialidade *Scriptorium*. As suas profundas ligações com as docentes mais jovens de Coimbra, que à Paleografia e Diplomática e aos estudos medievais se dedicavam, o seu manifesto respeito e admiração pelo consagrado Mestre coimbrão, Prof. Doutor Cónego Avelino de Jesus da Costa, e a sua vontade de engrandecer o único Instituto da especialidade existente nas instituições universitárias portuguesas, ditaram-lhe este generoso acto.

Mais rico no seu espólio, mais responsabilizado por tão gratuita doação, o Instituto de Paleografia e Diplomática, ainda que penhoradamente tivesse agradecido ao seu benfeitor, nunca sentiu ter honrado devidamente tão precioso legado. Homenagear condignamente o seu doador e valorizar o seu espólio, seria divulgá-lo. Eis o que nos propusemos agora, numa primeira etapa, nesta II Semana da Mostra Cultural da Universidade de Coimbra. Convidado o Instituto a nela participar, propôs à Senhora Pró-Reitora para a Cultura uma exposição das espécies documentais desta colecção e a elaboração do correspondente catálogo. Em boa hora tais propostas foram aceites, assim se cumprindo a primeira fase do

---

nosso compromisso interior de reconhecimento para com tão magnânimo gesto do Prof. Isaías da Rosa Pereira. O segundo passo será, logo que tal seja possível, a transcrição paleográfica do respectivo espólio.

O catálogo que se apresenta conterà a inventariação, sumário e descrição paleográfico-diplomática de todos os documentos da colecção, ainda que só alguns, por questão de espaço e estado de conservação dos espécimes, estejam expostos. Porque só no seu conjunto esta colecção ganha força e identidade.

A identidade é a do seu primitivo senhor. Um clérigo e um professor universitário, que cultivou sobretudo a modernidade e os estudos eclesiásticos. Mas que, sobremaneira, amava os documentos e as ciências paleográfica e diplomática. E estaria sempre atento às ofertas que, no mercado, iam surgindo. Hoje um pergaminho, amanhã um acto em papel. Uma vez um documento de alta proveniência institucional, régio ou eclesiástico, outras vezes um singelo acto de compra e venda entre gente laboriosa, que nunca deixava de ancorar a sua riqueza na terra, subscrito e abonado pela fé pública de um notário. Impera, pois, a variedade. Tipológica, de proveniência, paleográfica, diplomática e histórica. Nela a verdadeira essência e riqueza desta colecção documental. Lição viva do evoluir da escrita, da polimorfia do documento, da densidade da história, atravessada pela espessura da longa duração. Marcas visíveis e duradoras da *actio* e da *conscriptio* que os homens do passado nos legaram. Traços de uma acção querida e vivida que, pelos signos da escribalidade, se fixa em código textual, perene e imorredouro. Memória do feito, memória do dito, memória do sentido, no presente do ontem que se projecta sobre o futuro do hoje.

Táctil e visivelmente tocamos e vemos bulas, breves, actos de compra-venda, escambos, contratos enfiteúticos, sentenças, regimentos, alvarás, mercês, provisões, petições, legitimações,

---

cartas de familiatura, cartas de hábito, epístolas e tantos outros tipos documentais, de proveniência eclesiástica, régia, notarial ou privada. Para, mediados pelos códigos do escrito, tomarem vida e desfilarem, perante nós, reis e rainhas que agraciam os seus súbditos, eclesiásticos da mais alta instância administrativa, a cúria pontifícia, a que não falta mesmo o papa, até aos detentores dos mais elevados cargos no Santo Ofício, na Ordem de Cristo, nos arcebispados e bispados, e nobres, orgulhosamente escudados na sua titulação de família, que apelam à sua honra e fidalguia e buscam o seu proveito, investidos em cargos, ingressando em Ordens e na Inquisição, ou recebendo direitos e bens. Mas também entrevemos gente humilde e laboriosa, que procura melhorar a sua fazenda ou alcançar novos meios de vida.

E toda esta sociedade se enreda e entretece numa teia institucional de oficiais da máquina político-administrativa da corte ou da poderosa burocracia eclesiástica. Inscrita na temporalidade longa de final de Quatrocentos até Oitocentos. Possibilitando-nos uma viagem no tempo e no espaço. Que nos leva do reino de Portugal, percorrendo-o no centro e na periferia, no urbano e no rural, no litoral e no interior, ainda que mais demarcado pelo Tejo e Transtejo, até ao Império Português. Aí entrevemos um Portugal desdobrado por terras do Norte de África, comerciando pela costa africana, colhendo riquezas em terras da Índia ou ancorado em terras brasileiras. Cenário contrastado de um Portugal, reino pequeno e pobre, espelhado em agigantado e perecível retrato de Império vasto e rico.

No topo da hierarquia, com mais forte ou enfraquecido poder e mando, segundo as conjunturas políticas, os monarcas e regentes ordenam e fixam por escrito a sua autoridade, por meio de alvarás, mercês, sentenças, provisões e cartas várias de toda a natureza. De D. Manuel a D. Luís, passando por Filipe II, Filipe III, o príncipe regente D. Pedro e depois rei

---

D. Pedro II e sua mulher D. Maria Francisca, D. João V, D. José, D. Maria I, D. João, príncipe do Brasil, e D. Isabel Maria, infante e regente do reino, as cabeças coroadas apoiam a clerezia e nobreza, oferecendo o reforço do braço secular à justiça eclesiástica, legitimando filhos de clérigos, apresentando eclesiásticos para vigararias do seu padroado, dando o hábito a vários cavaleiros da Ordem de Cristo, concedendo à nobreza cargos, honras e tenças. Reis e rainhas que, como protectores das mais dignas instituições do reino, zelam pelos seus interesses, como fez D. Maria I que, em 1779, estava a nomear um lente de Dogmática para a Universidade. Ou, ainda, em nome desse interesse geral, concedem o seu beneplácito, como fez a mesma rainha, a cartas emanadas da clerezia. Tal como depois, transpostos para o Brasil, vemos esses monarcas a gerir os destinos da sociedade brasileira. Assim, encontramos uma carta do príncipe regente, emitida no Rio de Janeiro, a 11 de Fevereiro de 1814, a premiar um marechal dos exércitos reais com uma comenda da Ordem de Avis, sabendo-se ainda que também o elevou a comendador honorário da Ordem da Torre e Espada, concretizando a suprema ambição, ao tempo, de qualquer nobre brasileiro, a de possuir o título de comendador.

Sinais e produtos de um outro poder que com o régio se conjuga, em antinomia ou concórdia, atravessam o reino os documentos provenientes da cúria pontifícia ou das chancelarias do Santo Ofício e episcopais. Neles se espelhando ainda a tradição do uso da universal língua, esotérica e mágica, da Igreja, o latim, quando comumente se falava e escrevia em português, na expressão de uma cultura veiculada pela língua vernacular.

Da Santa Sé, subscritos por papas (Paulo V, Clemente XI, Bento XIV, Pio VI) ou pelos oficiais das diversas câmaras apostólicas são emitidos breves, bulas, cartas monitórias e provisões que regulam o religioso, institucional e pessoal, ordenando visitas, autorizando missas em oratórios de casas, confirmando padroados, libertando parentes para casamento



---

ou determinando inquirições sobre questões matrimoniais, habilitando filhos ilegítimos a heranças, aprovando a mudança de convento de uma religiosa, intervindo sobre crimes entre clérigos, ratificando privilégios de uma confraria, ou concedendo aos ministros e oficiais do Santo Ofício a possibilidade de continuarem a usufruir dos seus benefícios, ainda que ausentes em negócios da instituição.

Das chancelarias episcopais saem não menos importantes diplomas. Os bispos de Viseu e Lamego, comissários da Bula de Cruzada, cujo regimento se transcreve, dão autorização ao juiz por el-rei, em Elvas, para arrecadar o quinto dos bens dos finados, que morriam *ab intestato*, com destino ao apoio da Santa Cruzada. Por sua vez o bispo de Safim, como provedor dos Hospitais e Capelas de Lisboa, zela pelo aproveitamento do seu património, o vigário do arcebispo de Lisboa atende aos bens das igrejas ou à execução das cláusulas pias testamentárias, e o arcebispo de Braga investe o filho do conde de Vila Nova de Cerveira no curato de uma igreja minhota. Em consentâneo, o núncio apostólico em Portugal autoriza a permanência de uma dama num mosteiro, sem tomar ordens, o Inquisidor Geral concede carta de familiar do Santo Ofício a um nobre, os pregadores do Convento da Santíssima Trindade de Lisboa obrigam a missas numa capela, o ministro da Província de Santo António concede uma carta de familiatura espiritual na sua Ordem e o patriarca de Lisboa escreve uma íntima epístola a seu sobrinho, que estava numa praça de África, recomendando-lhe especiais cuidados com sua esposa, por causa dos ataques mouros.

Recheados estão estes documentos, régios ou eclesiásticos, de alusões a instituições religiosas, desde igrejas, capelas e mosteiros – Mosteiro de Nossa Senhora da Luz em Lisboa, Mosteiro dos Trinitários em Lisboa, Mosteiro de S. Domingos em Lisboa, Mosteiro de Santa Clara de Lisboa, Mosteiro de Odivelas, Mosteiro de Nossa Senhora das Neves, na Castanheira, Convento de Cristo em Tomar, Mosteiro de Santa Clara de Amarante, Mosteiro de Oya –

---

a irmandades – Confraria do Espírito Santo, Confraria da Misericórdia de Lisboa – e hospitais, como o Hospital de Todos os Santos, monumentos reais e simbólicos de uma sociedade fortemente impregnada pelas marcas da religiosidade tridentina, que tentacularmente dominava as mentalidades, sem mesmo deixar de recorrer à sedução do medo e aos modelos persecutórios e correctivos, espelhados na Inquisição.

Para esta máquina inquisitorial, controladora e opressiva, todos concorriam, mas muito em particular os estratos dominantes, do clero à nobreza, que ingressava na familiatura do Santo Ofício. Como não menos lutava a fidalguia por se honrar com a distinção de ser admitida na cavalaria da Ordem de Cristo. Em Portugal. Porque, se oriunda de Espanha, almejava Santiago. Assim, e numa prova manifesta do concerto da diplomacia nacional com os Estados e Coroas da Europa, o embaixador de Sevilha, abonando-se com os serviços prestados à Coroa Portuguesa, rogava ao monarca português que interviesse junto do imperador Carlos V, no sentido de lhe ser concedido o hábito de Santiago, em Castela, ao qual se candidatara.

A nobreza do Antigo Regime tinha de se engalanar com títulos, honras, sinais e símbolos que a ornamentassem e lhe dessem visibilidade, por dentro da redundância e profusão decorativa que imperava na mentalidade barroca dominante. Queria, por isso, alcançar-se aos grandes, jurando um nobre ser parente do duque de Bragança e do bispo de Évora, da mesma forma que, para sustentar o seu *status*, pugnava por direitos de padroado, honras ou tenças. E serão também estes cavaleiros-fidalgos, tornados capitães, oficiais e mercadores, que tutelarão os espaços do Império. Chegando-nos ecos, neste corpo documental, de um cavaleiro da casa real, ex-feitor da cidade de Goa, de um capitão-mor na Índia e do vedor da fazenda na cidade de Cochim. Como, por terras de África, de um cavaleiro que se encontrava em Azamor ou de um clérigo de missa que faleceu na cidade da Mina. Na

---

manifesta expressão da diáspora que o Império exigiu aos portugueses. Aos homens, sobremaneira. Porque as mulheres, na sua maioria, ficavam no reino. E enquanto os seus maridos buscavam o proveito, em terras de África, elas procuravam multiplicar a riqueza no continente, assumindo prazos de casas e eiras, como fez Margarida Eanes, estando o seu marido em Azamor.

A mulher, casada ou como "honrada viúva", comprava e vendia, renunciava ou recebia prazos, movimentando-se nesta política contratual dos tempos modernos, a par dos homens. Engrossando a massa dos que, estantes no reino, sustentavam a pirâmide social, com o seu estatuto e função de trabalhadores, como os barqueiros, pedreiros, cabreiros, alfaiates e sapateiros de que nos falam os documentos. Homens com profissões específicas, mas que sempre mergulhavam as suas raízes na terra, aqui adquirindo-a, além emprazando-a, na segurança da conversão do capital móvel em duradouro bem imóvel.

A ruralidade das terras de pão, herdades, vinhas e moinhos corre a par de uma viva economia de trocas, animada por reais, dobras, justos, dobras sevilhanas ou simples ceitis. Porque, nos tempos modernos, a circulação dos produtos era a regra e a moeda a pedra de toque que marcava os ritmos da produção e comercialização.

Em síntese, velhos pergaminhos e papéis palpitam de vida. De vida que é também feita de morte, na preocupação dos homens, que igualmente entrevemos a cuidarem da sua sepultura num mosteiro ou a instituírem uma capela, quando possuíam teres e haveres, ou, para os mais modestos, a assegurarem a presença do esquife confraternal no seu funeral, todos se preocupando, porém, em mandar rezar missas e aniversários para sufrágio da sua alma.

Retrato a corpo inteiro de um Portugal de aquém e de além. Firmado numa economia comercial que se abria aos vários continentes, sem perder, contudo, a sua memória estrutural

---

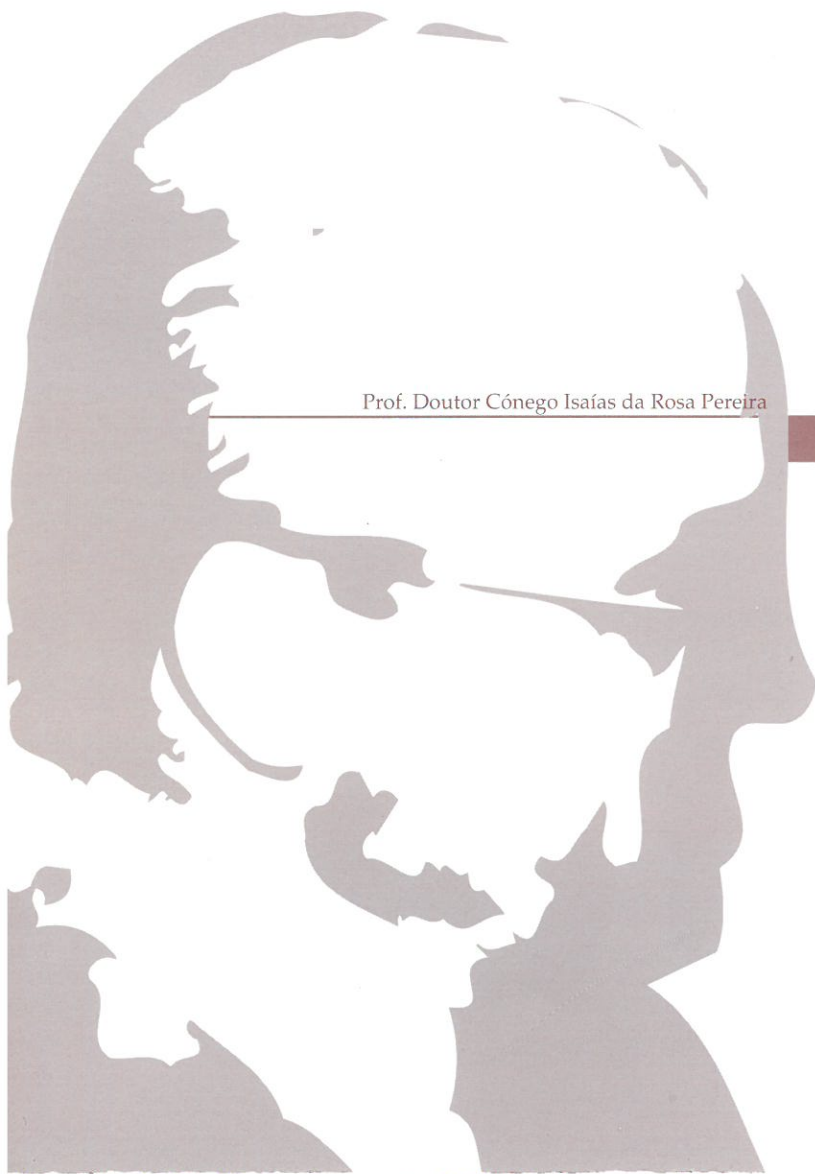
da valorização da terra, mãe fecundadora, nela investindo a fortuna adquirida. Orquestrado numa sociedade profundamente marcada pela distinção das hierarquias e pelo predomínio de modelos e valores aristocráticos, a que muitos procuravam ascender pela cultura, que lhes abria as portas para o serviço da corte ou para o oficialato no reino e no Império. Mentalmente dominado, enfim, por uma religiosidade, que invadia e norteava, mais piedosa ou compulsivamente, o caminho dos fiéis, na sua peregrinação pela Cidade dos Homens.

*Profª Doutora Maria Helena da Cruz Coelho*

*Directora do Instituto de Paleografia e Diplomática*

*A Vida e Obra do Prof. Doutor Cónego Isaiás da Rosa Pereira*

1919 • 1998



Prof. Doutor Cónego Isaiás da Rosa Pereira



*Isaiás R. Pereira*

*A Vida e Obra do Prof. Doutor Cónego Isaiás da Rosa Pereira*

---

1919 • 1998

Fotografia gentilmente cedida pela Academia Portuguesa da História. Cerimónia da entrega do Diploma de Membro da Real Academia de la Historia de España por D. Éloy Benito Ruano (1993).

---

Dividida entre a alegria enorme de traçar um bosquejo da vida e da obra do Prof. Isaías da Rosa Pereira, Mestre que tanto admirei e estimei, e a nostalgia de o fazer sem já que os seus olhos o vejam ou os seus ouvidos o ouçam, procurarei, ainda assim, dar o meu melhor e mais sincero testemunho.

Isaías da Rosa Pereira nasceu no 1º dia de Dezembro do ano de 1919, na Ilha do Faial, Açores, e faleceu, em Lisboa, no ano de 1998, no dia 19 de Novembro, em vésperas, portanto, de completar 79 anos.

Com júbilo recordava a sua tardia mas sólida vocação eclesiástica. Com efeito, foi já adulto, tinha vinte e seis anos de idade, que se matriculou no Seminário Maior de Cristo Rei dos Olivais, em Lisboa.

A este propósito, em carta datada de 31 de Janeiro de 1991, o Prof. Isaías escrevia-me estas palavras:

*" Há 45 anos estava eu pela primeira vez no Seminário dos Olivais, vindo das encantadoras Ilhas dos Açores. Foi um momento alto na minha vida e espero que os Amigos me ajudem a agradecer ao Senhor esta graça. "*

Entretanto, em 1950, foi ordenado presbítero na Sé de Lisboa e, no ano seguinte, já cursava Direito Canónico na prestigiadíssima Universidade Católica de Lovaina, na Bélgica. Concluída aqui a respectiva licenciatura, rumou, passados alguns anos, para a não menos célebre Universidade Pontifícia de Salamanca onde viria a concluir, em 1965, o *curriculum ad lauream* com a classificação «Sobresaliente». Anos mais tarde, ou seja, nos inícios da década de 70, apresentou e defendeu a tese de Doutoramento intitulada *Sínodos medievais portuguesas (séculos XIII - XVI)* com a qual obteve a classificação *summa cum laude*.

• Bibliografia: Isaías da Rosa Pereira, *Curriculum Vitae*, Lisboa, 1987 e Frei António Montes Moreira, *Elogio do Prof. Doutor Cónego Isaías da Rosa Pereira* (texto inédito que o Autor me dispensou e a quem publicamente agradeço).

---

Porém, só no ano de 1978 receberá o grau de Doutor em Direito Canónico, especialidade inexistente no nosso país, e na qual o Doutor Isaías mostrou sempre uma incontornável competência e autoridade.

Mas, mesmo antes de ver reconhecido, em Portugal, o grau obtido no estrangeiro, o que veio a ocorrer em Novembro de 1980, Isaías da Rosa Pereira, já então Cónego da Sé de Lisboa, ingressou, como Professor Auxiliar, na Faculdade de Letras da mesma cidade, corria o ano de 1973.

Tendo leccionado primitivamente, e entre outras cadeiras, História do Cristianismo e Introdução aos Estudos Históricos, foi no magistério das ciências historiográficas da Paleografia e da Diplomática medievais e modernas que mais se distinguiu. Paralelamente orientou e dirigiu vários seminários e teses numa outra área que lhe era igualmente muito cara, a História da Inquisição em Portugal.

Em 1988, contava já 69 anos de idade, o Prof. Isaías requereu provas de Agregação tendo apresentado, na altura, como lição síntese, um valioso trabalho subordinado ao título " Para a História da Cultura na Idade Média - Escolas e Livrarias ".

Em 1 de Dezembro de 1989, completou o Prof. Isaías da Rosa Pereira 70 anos. Possuía, então, a categoria de Professor Associado com o título de Agregado.

No entanto, manteve, até 1993, alguma actividade docente a nível do Mestrado de Paleografia e Diplomática que, em iniciativa pioneira, mas infelizmente hoje suspensa, a Faculdade de Letras tinha criado em 1986. Terminaram assim duas décadas de funções docentes na referida Escola, durante as quais o Prof. Isaías se mostrou, inquestionavelmente, um Mestre no mais puro sentido da palavra.



---

Estimulava e apoiava os mais jovens na investigação e na participação em reuniões científicas no estrangeiro. Com frequência tive a honra de o acompanhar, bem como a um dos seus mais dilectos discípulos que, infelizmente, o precedeu na despedida desta vida, o meu querido e saudoso Colega António Joaquim Ribeiro Guerra, em viagens a vários países da Europa, a fim de participar em reuniões do *Comité International de Paléographie Latine* e da *Commission Internationale de Diplomatique*, instituições de que era distintíssimo membro eleito. Mas o Prof. Isaías da Rosa Pereira pertencia a muitos outros organismos científicos. Saliento que era membro correspondente do *Institute of Medieval Canon Law* (E.U.A.); membro efectivo da *Société Internationale de Droit Canonique et de Législations Religieuses Comparées* (França); membro do *Istituto Storico Italiano per il Medio Evo* (Itália); membro de honra do *Centro de Estudios Inquisitoriales* (Espanha) e de muitos outros. Em Portugal, forçoso é referir a sua filiação na Academia Portuguesa da História onde, quer como membro correspondente, quer já depois como académico de número, a partir de 20 Dezembro de 1974, ocupando então a cadeira nº 17, deixada pela Doutora Virgínia Rau, desenvolveu uma actividade notável.

Aliás, do labor e dedicação do Prof. Isaías à Academia Portuguesa da História, deu conta, de forma pormenorizada, o sucessor na sua cadeira, o Doutor Frei António Montes Moreira no "Elogio" que proferiu em Sessão Extraordinária da Academia de 24 de Novembro de 1999. Não deixarei, contudo, de referir o seu desempenho nas funções de Secretário-Geral, entre 1984 e 1987, e de 1º Vice-Presidente no período de 1987 a 1996. Galardoado por três vezes por esta Academia, o Prof. Isaías da Rosa Pereira ficará para sempre na memória dos Académicos pelas dádivas generosas que fez de parte do seu espólio librário e outro.

---

E no acumular de funções e cargos seculares e eclesiásticos refira-se, ainda que brevemente, a sua acção importantíssima na Diocese de Lisboa. Era um homem de fé, sacerdote convicto, a que aliava uma cultura e erudição notáveis.

Não admira, pois, que entre muitas tarefas e responsabilidades que lhe foram entregues tenha ocupado de 1966 até 1990 o cargo de Vigário Judicial do Tribunal Metropolitano Patriarcal de Lisboa. Mais, no desempenho deste lugar não resistiu ao apelo do paleógrafo, do homem que amava os pergaminhos e "papéis velhos", como dizia.

Neste contexto e na qualidade de Director do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa organizou, em 1972, o Inventário provisório do respectivo Arquivo onde são arrolados mais de 2000 documentos.

Finalmente, aludirei ao Investigador e Autor.

Na impossibilidade de citar mais de duas centenas de trabalhos que o Prof. Isaías escreveu e publicou, seja-me permitido destacar, ao menos, os que mais marcaram não só o seu percurso científico, como também a nossa historiografia medieval e moderna.

Começemos pela área da História da Inquisição em Portugal, assunto para o qual, e numa mentalidade bem moderna, o Prof. Isaías reclamava há anos o recurso aos meios informáticos para o levantamento dos milhares de processos conservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e que continuam em boa parte a aguardar estudo. Ainda assim deu-nos a conhecer curiosíssimos processos, como o do confeitiro Rui Dias, o do humanista Damião de Góis, o do mercador florentino Lucas Giraldi, o do marceiro Guilherme de Mascot, ou os das bruxas e feiticeiras Catarina Taborda, Bárbara Pires e Catarina Lopes. A Inquisição na sua terra natal, os Açores, também não foi esquecida e, por isso, lhe dedicou vários

---

artigos.

Por realizar parece ter ficado o seu desejo de criar uma Associação para o estudo da Inquisição em Portugal.

Menos numerosos mas nem por isso menos importantes, dado o seu pioneirismo, foram os estudos que dedicou à Paleografia, e à Codicologia . De todos merece destaque o trabalho, até hoje único, no género, escrito em Portugal, *A "peçia" em manuscritos universitários - estudos de três códices alcobacenses dos séculos XIII e XIV*. E ainda com base no acervo librário do mosteiro de Alcobaça, que ele tão bem conhecia, ou não tivesse sido autor de várias dezenas de verbetes para o T. VI do Inventário dos *Códices Alcobacenses*, escreveu, em 1979, *Notes sur le "scriptorium" du monastère d'Alcobaça*. E, no mesmo ano, deu à estampa um pequeno livro de carácter didáctico *Codicologia - Arqueologia do Livro*.

De seguida, refira-se o labor que consagrou aos estudos, de Direito Canónico, de livros e de bibliotecas. Registe-se, mesmo, que o seu primeiro trabalho de investigação consistiu na elaboração de um catálogo dos códices medievais de Direito Canónico existentes nas bibliotecas e arquivos de Portugal (*Manuscritos de Direito Canónico existentes em Portugal*).

Sucederam-se a partir daqui mais de duas dezenas de estudos sobre sínodos, canonistas, livros de Direito e livrarias medievais e modernas.

Por fim, ressurre da bibliografia do Prof. Isaías a sua grande competência nas áreas da Paleografia e da Diplomática latinas e portuguesas do século XII ao XVIII.

Leu e editou dezenas e dezenas de códices e cartas avulsas, de natureza, proveniência e cronologia diversas, em português e em latim.

---

Contam-se, entre essas edições, livros de aniversários, visitasões (como as de Óbidos de 1434-1482, das mais antigas que se conhecem), tombos de hospitais, estatutos e actas sinodais, compromissos de confrarias, diplomatários de colegiadas e muitos outros.

Porém, uma entre todas merece alusão especial. Trata-se da colaboração que prestou, ao lado, entre outros, do Prof. Avelino de Jesus da Costa, na monumental edição do *Synodicon Hispanum* (volume II dedicado a Portugal), obra dirigida pelo emérito Prof. António García y García e que consiste na transcrição e aparato crítico dos textos de todos os sínodos diocesanos conhecidos em Portugal e realizados entre os séculos XIII e XV.

Por tudo o que fica escrito, não deverá causar qualquer admiração o seu irreprimível gosto pelos arquivos, bibliotecas e conseqüentemente pelos pergaminhos, papéis e livros. Tinha uma excepcional biblioteca do ponto de vista de matérias e autores. Era frequentador assíduo de leilões, como me confessava em carta de 19 de Dezembro de 1989:

*"Imagine que ontem fui a um leilão e comprei mais uns livros velhos! E hoje também lá vou sobretudo porque o Dr. ... também lá vai e me incitou a isso. Veja que loucura, se já nem tenho onde pôr uma folha de papel".*

Aos livros, porém, foi juntando pergaminhos e códices, tendo decidido, a certa altura da sua vida, fazer doação parcial de uns e de outros ao Instituto de Paleografia e Diplomática da Universidade de Coimbra. Foi em Maio de 1991.

Aceitei, por incumbência institucional, dirigir-me a Lisboa para receber o legado que o ilustre Prof. Isaías quisera oferecer à nossa Escola. Legado valioso do ponto de vista

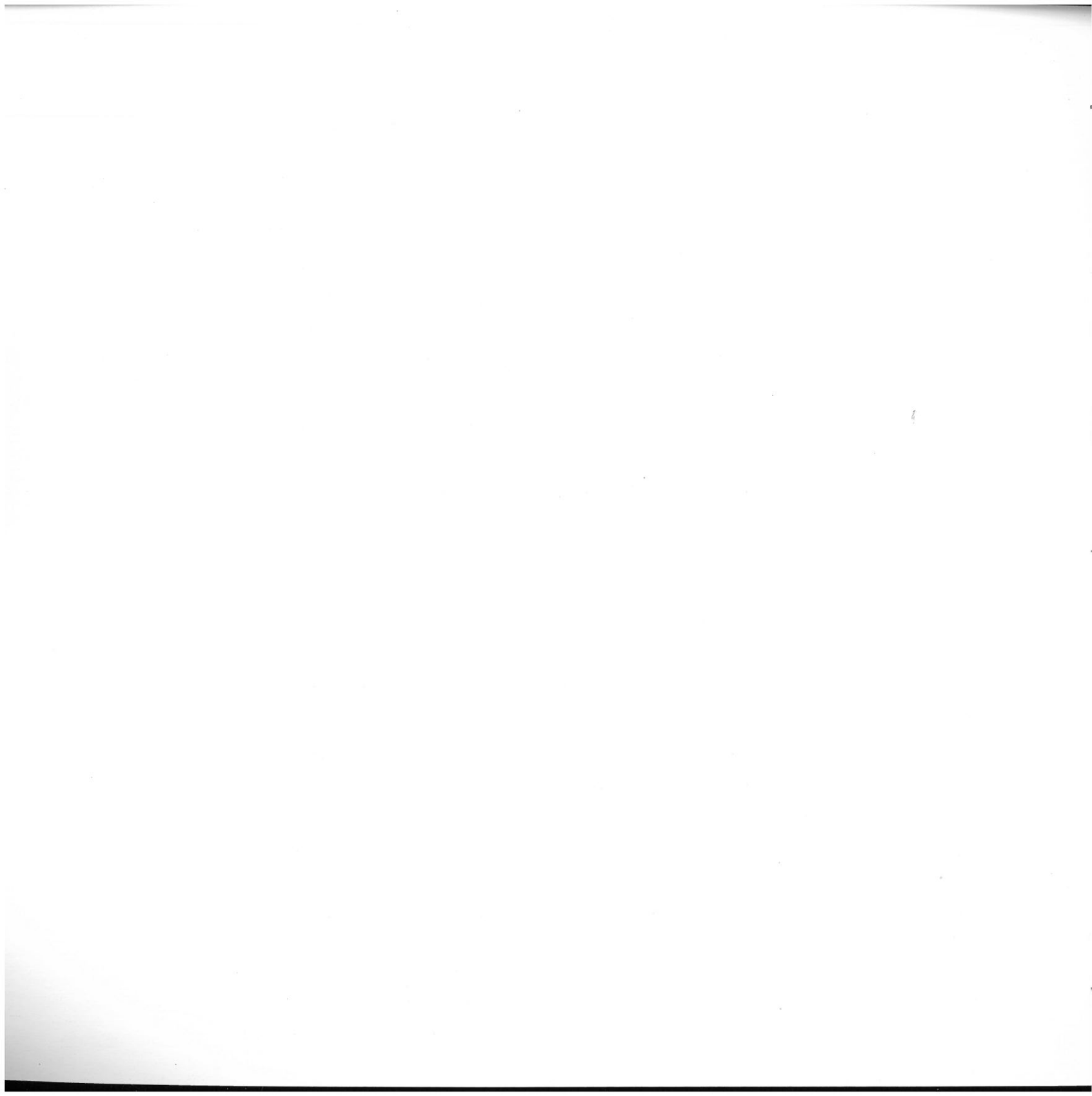
---

paleográfico-cultural mas mais ainda, porque era o seu "arquivo pessoal", tesouro que tinha adquirido com amor e conservado com gosto e cuidado.

Todavia, parece ter-se despojado dele sem tristeza, antes com apreço e afecto por uma Escola que tanto admirava. Escreveu-me, a 31 de Maio de 1991, solicitando apenas que um dia os pergaminhos fossem publicados. Divulgados agora, serão, com toda a certeza, editados mais tarde.

E termino dando a palavra mais uma vez ao Prof. Isaías da Rosa Pereira:

*"Quanto aos documentos que fez o favor de levar (aliviou-me a casa), não vale a pena fazer muito alarde por isso. Que fique tudo no âmbito do Instituto, que sirvam para as suas aulas, e que sejam publicados, na medida do possível. Não gostaria de grandes agradecimentos. Sou um homem humilde e simples."*



No contexto historiográfico presente em que, mais do nunca, o “fenómeno de reflexão, reconstituição e interrogação do passado”<sup>(1)</sup> se acentua nas sociedades contemporâneas do final do segundo milénio da nossa Era, permanece válido o lema de que sem documentos não se processa o reencontro com esse tempo pretérito, com esse espaço vivo das memórias humanas de que se ocupa esta ciência a que chamamos História.

Documentos, obviamente, que, sem perder de vista os parâmetros eruditos e clássicos por que são observados pelas ciências históricas, devemos encarar numa renovada perspectiva ampla e plural, devedora das questões e das respostas que as novas ciências hodiernamente trazem à mesa do historiador-paleógrafo e do historiador-diplomatista<sup>(2)</sup>. Documentos, ainda, que se nos apresentam hoje como lugares privilegiados dos sinais gráficos, da escrita, essa criação ancestral que os séculos de antanho mostram carregada de uma quase sagrada impenetrabilidade ao comum dos leitores, que antigas lendas e narrativas gregas atribuem ao deus Hermes<sup>(3)</sup>, o astuto inventor das artes.

Neste contexto, a disponibilização de um núcleo documental inédito, por reduzido que pareça ser sob um ponto de vista quantitativo, constituirá um contributo sempre estimável para o ritual do retorno do homem ao seu passado social e, também, uma manifestação superior de inteligência e um acto de defesa de um património cultural, sempre raro, que urge valorizar pela sua publicitação e estudo.

A colecção documental legada pelo Senhor Prof. Doutor Isaías da Rosa Pereira ao Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra é constituída por um conjunto de 59 espécimes diplomáticos (a que se somariam mais dois documentos agregados ao n.º 9, os n.ºs 9a e 9b), originais na sua maioria em pergaminho,

1•Maria José Azevedo Santos, “Uma Ciência em Portugal e na Europa: a Paleografia (Séculos XIX-XX)”, *Theologica*, 2ª Série, 28, 2 (1993), pp. 549-568: 549.

2•Vd. Maria Helena da Cruz Coelho, “A Diplomática em Portugal. Balanço e Estado Actual”, *Revista Portuguesa de História*, T. XXVI (1992), pp. 127-155: 127-128.

3•Roland Barthes e Patrick Mauriès, “A Escrita”, *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 11, *Oral/Escrito, Argumentação*, Lisboa, INCM, 1987, pp. 147-172: 156-157.

mas também com um número razoável em papel. A eles junta-se um livro manuscrito, setecentista, onde se extracta a defesa dos clérigos meio-prebendados e tercenários da catedral de Coimbra (Doc. 53).

Sob um ponto de vista da proveniência desses actos escritos, uma breve estatística indica-nos as seguintes origens segundo duas ordens de consideração:

- a) a proveniência eclesiástica;
- b) a proveniência secular ou civil:

*Eclesiásticos*

<i>Séculos</i>	<i>Séc. XV</i>	<i>Séc. XVI</i>	<i>Séc. XVII</i>	<i>Séc. XVIII</i>	<i>Séc. XIX</i>	<i>Total</i>
<i>Pontifícios</i>		1	2	9		12
<i>Episcopais</i>		2	1	2		5
<i>Monásticos</i>		1		3	3	7
<i>Inquisitoriais</i>			1	1		2

*Seculares*

<i>Régios</i>	1	2	4	8	4	19
<i>Notariado</i>	1	11	1			13
<i>Privados</i>		2				2
<i>Totais</i>	2	19	9	22	7	60



---

Situados entre 1491 e 1888, os diplomas desta Coleção correspondem a um período particularmente importante na história da escrita ocidental, marcado pelo afastamento das estruturas paleográficas tipicamente medievais para dar lugar ao triunfo das novas e muito diversificadas grafias modernas (góticas tardias usuais, bastardas, humanísticas, escritas processadas e encadeadas, etc.).

Tal fenómeno verifica-se entre finais do século XV e meados da Centúria seiscentista, para, desde então, se assistir a um retorno — mais um, e não o último, na milenar caminhada que marca a história da escrita ocidental... — a um período de uniformidade gráfica e estilística, acompanhando na sua normatividade gráfica, os quadros civilizacionais que caracterizam a afirmação dos Estados modernos absolutos, mesmo contemporâneos. Período dominado pelas escritas caligráficas nacionais, mais simples na morfologia, posto que sem renunciarem a pequenos gostos decorativos como foi o dos ornamentos barroquizantes, de pura arte pela arte, que conhece ainda momentos de apogeu em pleno século XIX.

Na Coleção Isaías da Rosa Pereira, encontramos apenas documentos manuscritos localizados, como escrevemos, entre finais do século XV e meados do século XIX. Tempo, por contraste, do triunfo dos prelos tipográficos, *inventio* revolucionária protagonizada por Gutenberg, da universalização do livro e de um alfabeto de base latina, produtos de uma civilização ocidental europeia que via, por essa mesma época, em virtude do avanço das descobertas marítimas transcontinentais protagonizadas por portugueses, espanhóis e outros povos, alargar-se o seu espaço de projecção e de sobrevivência. Tempo, no entanto, em que a arquitectura da comunicação pelo escrito continuou a encontrar na escrita manual, no

---

escrever paciente e personalizado de cada mão letrada, um dos seus pilares mais fundamentais e eficazes.

Não estranha, por isso, como já salientaram Luiz Filipe Barreto (4) e João Marinho dos Santos (5), que os impérios modernos, o português por especial razão, tenham ancorado a sua gestão global numa complexa cadeia de transmissão de poderes e de ordens que continuavam a ter no documento manuscrito o seu veículo mais apropriado e imediato. Se a Lei geral se compilava nas *Ordenações do Reino*, dadas por diversas vezes aos prelos editoriais nesses séculos, já a prática administrativa, judicial e fiscal contava com uma extensa e intrincada rede de regimentos, estatutos, regulamentos, cartas, alvarás, provisões e tantos outros modelos de instrumentos normativos que apenas conheciam a circulação sob a forma de manuscritos.

Na gestão do Reino e do Império, poderemos escrevê-lo, o documento escrito à mão desempenharia o papel principal, mais eficaz, mais célere e decerto de maior confiança e crédito social do que qualquer outra forma de comunicação. E se a imprensa começa por promover a generalização de modelos de escrita relativamente consolidados e tradicionais — longo tempo predominariam as morfologias gráficas goticizantes... — servindo princípios de uniformidade gráfica por detrás dos quais é impossível não espreitar a evolução política dos Estados no plano da centralização e do absolutismo, logo as escritas de mão se encaminham para a explosão de morfologias múltiplas, inventivas, capazes de enriquecimento pela abertura ao húmus criador da personalidade, do individual, da diferença.

Senda que conduzirá a uma inevitável desordem gráfica que acabará por funcionar como

4\**Os Descobrimentos e a Ordem do Saber*, Lisboa, 1987, pp. 46-49; Idem, *Portugal, Mensageiro do Mundo Renascentista*, Lisboa, 1989, p. 22.

5\**Os Portugueses em Viagem pelo Mundo. Representações Quinhentistas de Cidades e Vilas*, Lisboa, Gabinete de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, *passim*.

---

a cicuta da morte desse universo gráfico, dando lugar ao triunfo das escritas caligráficas modernas, mais sintonizadas com os novos espécimes librários e gravuras buriladas que as tipografias não paravam de produzir.

Ao percorrermos os documentos coleccionados pelo Prof. Doutor Isaías da Rosa Pereira deparamo-nos com esses itinerários plurais da escrita no longo tempo secular, na evolução morfológica e histórica de grafias e alfabetos que são, em si, elementos civilizacionais, ora traçados sobre pergaminho, ora sobre papel, entre tradição e inovação.

Entre, reiteremo-lo, uma memória, já então milenar, que fazia dessas *membranae* de pele animal o suporte mais apreciado, porque tido por mais seguro, mais digno e com mais garantias de perpetuação solene das *gesta* neles gravadas pela escrita(6). Mas uma memória, sublinhe-se, que também não recusava o papel — durante muitos e muitos anos o papel de trapo, consumido na Península Ibérica já nos tempos alto-medievos, utilizado por notários e clérigos no Portugal ducentista, aceite nas chancelarias régias e eclesiásticas pouco depois e aqui, para além de importado em grande escala dos centros meridionais mediterrâneos especializados na respectiva produção, comprovadamente fabricado, logo nos alvores de Quatrocentos, nos engenhos de “fazer papel” de Leiria e de Cernache, entre outros (7)... — objecto mais maleável para a escrita, mais leve, mais barato e mais prático de manuseamento

6•Sobre usos e preparos de pergaminho em oficinas de escrita em Portugal, vd. Maria José Azevedo Santos, *Da Visigótica à Carolina. A Escrita em Portugal de 882 a 1172. (Aspectos Técnicos e Culturais)*, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian e JNICT, 1994, pp. 12-31; Maria do Rosário Morujão, “A Sé de Coimbra, centro de produção documental no tempo de D. Afonso Henriques”, *2º Congresso Histórico de Guimarães. Actas. Vol. 4. Sociedade, administração, cultura e Igreja em Portugal no séc. XII*, Guimarães, 1996, pp. 184-203.

7•Seja-nos permitido remeter, entre a bibliografia mais recente sobre este assunto, onde se enrolam textos mais antigos, para os estudos de Isaías da Rosa Pereira, *Documentos para a História do Papel em Portugal*, Lisboa, 1990; Maria João Marques da Silva, “Projecto de levantamento de marcas de água em fundos antigos portugueses. Livros, manuscritos e documentos avulsos”, *Colóquio sobre o Livro Antigo. Lisboa, 23-25 de Maio de 1988. Actas. V Centenário do Livro Impresso em Portugal. 1487-1987*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1992, pp. 221-230; Ana Maria Leitão Bandeira, *Pergaminho & Papel em Portugal. Tradição e Conservação*, Lisboa, ed. CELPA, 1995; Saul António Gomes, “Notas sobre a produção de sal-gema e de papel em Leiria e em Coimbra durante a Idade Média”, *Revista Portuguesa de História*, T. XXXI, Vol. I (1996), pp. 431-446.

---

no fazer dos livros de notas, de registos paroquiais, de assentos, de actas e processos judiciais, do deve e haver de uma contabilidade privada ou pública que se tornara incontornável no aparato dos Estados modernos.

Nesta colecção, até finais do século XVII, contamos apenas nove documentos em papel, sendo todos os demais em pergaminho (*v. g.*, docs. 9, 15, 17, 19, 21, 23, 27). Escrever sobre pergaminho era uma tradição bem enraizada nessa sociedade portuguesa de Antigo Regime, a qual, posto que se atenuou consideravelmente, não esmorecerá no força do seu impacto junto dos leitores nas centúrias seguintes. Dos documentos setecentistas e oitocentistas da Colecção, efectivamente, catorze são em pergaminho e quase outros tantos em papel, verificando-se, assim, esse costume de inscrever actos solenes sobre material pergamináceo e de reservar o papel a textos mais correntes e de menor importância representacional (*v. g.*, docs. 32 a 59).

Estatística pequena e rudimentar, mas reflexo positivo das tendências predominantes nas grandes chancelarias de origem de boa parte destes documentos (a pontifícia e a régia) ou até nas oficinas notariais que serviam aos negócios jurídicos abrangidos pelo Direito Privado onde laboravam zelosos tabeliães públicos por el-rei. O papel, por seu lado, parece reservar-se ao assento de actos de gestão mais corrente e sem solenidade, posto que sem perda de capacidade burocrática — como se revela nas suas amplas margens esquerdas, destinadas a anotações técnicas e a vistos de secretaria que encaminhavam o documento ao seu objectivo final — e às missivas pessoais em que se afirmava mais o indivíduo do que a instituição.

Distinguem-se, claramente, nas suas características extrínsecas, contudo, os documentos

---

provenientes de chancelarias bem organizadas — actos públicos, se chamam, por excelência — servidas por quadros burocráticos de grande tradição a que correspondem, também, formulários normativos que espelham, protocolarmente, a hierarquia dos poderes maiores das sociedades de Antigo Regime.

Diplomas, por norma, em pergaminho de boa qualidade, seleccionado — raramente encontraremos neles vestígios de rupturas ou de serem folhas resultantes de um aproveitamento total da pele do animal, a ponto de se verem os vestígios do corte da pele junto às zonas axilares do mesmo — bem tratado no seu lado carne, aquele que se destinava, pela maior brancura e macieza, a receber a caixa de texto, como escrevemos, de dimensões sempre apreciáveis, mas também caracterizados por linhas de escrita paralelas ao lado maior do suporte, típicas das *chartae rectae*, tão ancestrais neste género de instituições, enquadradas numa caixa de texto bem delineada, com margens normalmente calculadas com base na proporção áurea. Na primeira das linhas de escrita, destinada à *intitulatio* do autor e à *inscriptio* do destinatário, os escribas traçaram letras maiúsculas, *litterae elongatae*, algumas delas, por vezes, floreadas ou ornamentadas, com temas barroquizantes, tão mais magníficas quanto a categoria dos titulares (v.g., docs. 31-33, 40, 42, 47, 52, 57 e 59).

Cuidados bem compreensíveis quando era Rei de Portugal que se evocava no protocolo de abertura da carta, ao qual cabia o airoso título, *gloria mundi*, de “N., Rei de Portugal e dos Algarves, de Aquém e de Além Mar em África, Senhor de Guiné e do Comércio, da Conquista e da Navegação de Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc.”; cuidados não menos simbólicos quando se afirmava o nome do Sucessor de S. Pedro, sempre acrescentado da inevitável cláusula

---

de humildade: “*N., Bispo, Servo dos Servos de Deus*”, logo acrescida de um *adressio* na forma dativa, que em latim se escreviam tais actos pontifícios, aos “*Venerabilibus Filiis in Christo*”, fossem reis, prelados ou quaisquer outros senhores, seguida pela paternal saudação e bênção apostólica.

Além disso, os notários que escreviam tais cartas punham todo o cuidado e esmero no desenho de uma grafia cuidada, fiel a um estilo e a uma marca identificadora de uma escola. No final, o espaço de uma margem de rodapé normalmente muito vazia e ampla, pronta a receber com destaque as subscrições autógrafas dos autores dos actos jurídicos, de um Cardeal ou de um Bispo auditor do Sumo Pontífice que se lhe substituía no despacho — bem próprio da Cúria pontifícia dos séculos XVI a XVIII, na qual, à infinidade de assuntos e de súplicas que lhe cumpria satisfazer, correspondia o desdobramento em áreas burocráticas específicas em que a Secretaria Pontifícia, a Penitenciaria Apostólica, o Colégio Cardinalício e as Nunciaturas são algumas das “oficinas de chancelaria” de maior visibilidade e representação nesta colecção (*v. g.*, docs. 35 a 38) — ou, então, de um Rei ou de um Príncipe Regente, de um Bispo, de um Inquisidor-mor ou de um Superior de um Convento ou Ordem Militar (*v. g.*, docs. 27, 34, 41, 45 e 46).

E para maior autenticidade do acto escrito, reforçando as garantias do que nele se proclamava e decretava, apunham-se os selos, pendentes ou de chapa, em cera ou em metal, contrastando, na sua coloração, com a cor pérola ou amarelenta do pergaminho e do papel, tácteis, configurando poderes que se materializavam em imagens simbólicas e corpóreas, ora mostrando simbologia heráldica, armas pessoais, familiares ou do próprio Estado, ora

---

apresentando ícones religiosos de ancestral veneração — como esse belíssimo relevo setecentista de Santo António com o Menino envolto em moldura de papel rendilhada — no mundo católico-romano em que Portugal se integrava (*v. g.*, docs. 36, 37, 41, 45, 50, 52, 54, 56, 58 e 59).

Documentos em que observamos, ainda, no que é um acto bem próprio da burocracia dos tempos modernos, a multiplicação visível das numerosas subscrições de oficiais dessas chancelarias, invadindo margens e costas dos documentos com códigos técnicos ou com dados arquivísticos, tidos por absolutamente indispensáveis, endereçando o acto ao destinatário e informando sobre as taxas do despacho, os assentos e registos lavrados ou os custos da expedição da bula ou da carta de graça e mercê.

E se sairmos desse mundo carregado de solenidade e destreza gráfica, que é o dos actos públicos, para entrarmos nas oficinas dos notários, nas escritaninhas de médias e pequenas instituições como um hospital, um convento humilde ou uma irmandade, logo encontramos produções escritas que, privilegiando ainda o pergaminho como matéria de suporte de escrita, não deixam de possuir características individualizantes e tipificadoras.

Às *chartae rectae* comuns nos actos públicos, substituem-se as *chartae transversae*, as longas “tiras” de pergaminho onde se inscreviam caracteres cursivos sem grande preocupação de aparato estético, invadindo, por norma, as margens, lançando, quiçá, *imprecationes* simbólicas na margem de cabeceira ou rematando a *scriptio* com a aposição do *signum tabellionis*, sinal do valor e autenticidade do acto escrito.

Sinais de evidente originalidade, um único e intransmissível por cada notário, inspirados,

---

por tradição ancestral, em símbolos cruciformes e estrelados numa iconografia própria do Cristianismo e de uma raiz sacralizante que nos recorda as próprias origens da escrita e o longo domínio que sobre ela tiveram os *scriptoria* monásticos e diocesanos por toda a Idade Média. Num ou noutro caso, contudo, um ou outro notário substitui a cruz pela inscrição do seu próprio nome, publicitando um óbvio antropocentrismo, próprio dos novos tempos modernos, que evoluirá para a plenitude da autografia alfabética em substituição da arcaizante iconografia.

O próprio pergaminho aqui utilizado revela-se de qualidade mais modesta do que nas grandes chancelarias, certamente adquirido num mercado regional de segunda escolha, mas ainda assim material de suporte apreciado, securizante para satisfação de mentalidades de grupos sociais populares ou mesmo fidalgos, que reconheciam na própria matéria suporte de escrita um valor substantivo do acto nele contido. Isto, numa sociedade de Antigo Regime em que a distinção social se avaliava por todos os indícios visíveis, do discurso oral à mensagem escrita, *corpus* cenográfico em que o “possuir pergaminhos” significava a garantia de um Direito e de um *status quo*.

Pergaminho (re)corrente nas oficinas notariais, base consolidada de uma *publica fides*, preferencial, a que tabeliães e escrivães não recusam saída perante as solicitações dos interessados em deter garantias jurídicas dos negócios consumados, sobretudo daqueles que se entendia perpétuos, para sempre. E se a tradição da Baixa Idade Média nos mostra a usualidade das formas quadrangulares no recorte do fólio, o predomínio formal vai, agora,



---

para a geometria do rectangular, ou para a própria assimetria do recorte das margens, ora retilíneas, ora onduladas, deixando à vista patologias epidérmicas, para se fundirem na arquitectura de um suporte de escrita que se encaixa na própria plasticidade mecânica da pele animal. Pele feita pergaminho, orientada segundo o eixo cervical daquele, num resultado final que vemos membrana fina e inconsútil, cujas espessuras médias se mantêm em torno dos dois a três décimos de milímetro, ou menos ainda se de velino se trata, alcançada segundo saberes e técnicas artesanais apreendidos na passagem dos séculos (*v. g.*, docs. 3, 8 e 13).

Nessas formas se lançava a *scriptura*, quase sempre mancha negra sobre tons pérola e marmoreados, por vezes de uma tinta de noz de galha menos densa e mais sépia no colorido final. Melhor será, contudo, referenciar, aqui, as *scripturae*, no seu sentido estritamente caligráfico.

Os tempos modernos são, na realidade, um verdadeiro caleidoscópio de estilos e modelos gráficos, para os quais divergem ou mesmo escasseiam as nomenclaturas de classificação<sup>(8)</sup>. Havendo tendências gerais globalizantes, contudo, a força da individualidade no gesto da

<sup>8</sup>A própria evolução da ciência paleográfica, neste campo, faz reposicionar antigas classificações tipológicas gráficas. A tradição universitária, por outro lado, tem-se debruçado fundamentalmente sobre o legado medieval, privilegiando as caligráficas librarias, mais do que as usuais e cursivas, para além de recorrer a uma nomenclatura analítica que nem sempre serve às grafias modernas. Em Portugal, o tema tem sido pouco debatido, como assinala Maria José Azevedo Santos, *Paleografia e Diplomática. Interesse, conteúdo, método, programa e bibliografia*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, pp. 33-38. Devemos referenciar, no entanto, as importantes propostas de A. H. de Oliveira Marques, "Paleografia", *Dicionário de História de Portugal*, IV, 1992, pp. 528-534 e de E. Borges Nunes, *Álbum de Paleografia Portuguesa*, Vol. 1, Lisboa, 1969, pp. 11-14. Para o período medieval, devemos citar o contributo de António Cruz, *Paleografia Portuguesa*, Porto, 1987, pp. 52 e segs.. Uma grelha tipológica classificatória paleográfica moderna pode encontrar-se, também, na obra de João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues, *Álbum de Paleografia*, Lisboa, Estampa, 1987, *passim*. Da diversidade paleográfica portuguesa moderna dá conta, especialmente numa vertente que entrecruza a escrita com a diplomática, também, Avelino de Jesus da Costa, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*, Coimbra, F. L. - U. C., Instituto de Paleografia e Diplomática, 6ª ed., 1997. Permanecem instrumentos de trabalho incontornáveis e de referência comparativa, contudo, obras de Autores Espanhóis, Franceses, Italianos e também Saxónicos cujo arrolamento é impraticável estabelecer neste texto.

---

escrita, bem como a incontornável “democratização” do acesso à leitura e à escrita numa diversificada escala de camadas sociais populares(9), impõe ao historiador e paleógrafo um extenso leque de tipos gráficos, especialmente no campo das escritas usuais ou correntes, que torna abusiva qualquer postura de classificação rígida. Por vezes, a mesma caligrafia revela domínios de diferentes tipos gráficos assimilados e praticados numa escala muito diversificada.

Ao olharmos os documentos da Coleção de Isaías da Rosa Pereira encontramos, logo nos primeiros exemplares, o testemunho do alongamento das tipologias góticas por todo o século quinhentista. Seja na chancelaria régia, seja nas oficinas particulares de notários, verifica-se que a tradição tem sempre um peso considerável na arte da escrita. Ensinadas em ambientes escolares, numa relação pedagógica rígida e disciplinada, bem própria de um espírito medievo que fazia do discipulato entre Mestre e Aprendiz uma regra invariável, traduzida nas *scholae* monásticas, catedralícias e também universitárias(10), as escritas góticas revelam-se avessas a renovações drásticas ou repentinas.

Na década de 1490 (*v. g.*, docs. 1 e 2) permanecem vivas as escritas góticas cursivas usuais, isto apesar de, desde meados do século, se vir a generalizar de forma imparável a nova escrita humanística nascida em Itália, num dos mais interessantes inventos da própria Europa medieva, para com ela se escreverem os inéditos textos dos tempos renascentistas(11).

Onde mais cedo se parece verificar a adesão aos novos cânones gráficos — sem prejuízo de considerar que a *inventio* de modelos gráficos ignorados deriva de pequenas elites,

9•Vd. Justino Pereira de Magalhães, *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*, Braga, Universidade do Minho – Instituto de Educação, 1994, *passim*.

10• István Hajnal, *L'enseignement de l'écriture aux universités médiévales*, Budapeste, 1959; Françoise Gasparri, *Introduction à l'Histoire de l'Écriture*, Turnhout, Brepols, 1994.

11•Uma importante e rara contextualização e levantamento de dados acerca da introdução da escrita humanística em Portugal deve-se a José Marques, no seu estudo “L'Écriture de Francesco Cavalcanti, une nouveauté au Portugal – 1482”, *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. XII, Porto (1995), pp. 151-182.

---

especialmente universitárias e cortesãs, deixando-se apropriar, a partir delas, por grupos sociais e culturais mais vastos — é, contudo, no mundo das pequenas oficinas de escrita, mais contingentes na sua existência e sujeitas à renovação e recrutamento conjuntural do seu pessoal, enquanto nas grandes estruturas de produção documental, como as chancelarias pontifícia e régia, o zelo de uma razão gráfica resistirá forte e longamente.

Nestes centros de excelência da escrita, de facto, renovam-se e prolongam-se as formas góticas — ora chamadas de cortesãs, numa letra angulosa no *ductus*, mas de módulo mais reduzido e uniforme, escasseando os nexos braquigráficos para favorecer o traço distinto de cada letra, ora rendidas à humanística ou escrita italiana, nascida sob o signo da uniformidade, da leveza, da pura *rationabilitas* e do círculo para, também ela, se entregar a variantes cursivas e híbridas — intersectadas, a pouco e pouco, por algumas opções arredondadas, próximas da morfologia gráfica humanística, numa postura que se estendeu ainda aos tempos contemporâneos.

Disso dão testemunho os diplomas da Colecção Isáias da Rosa Pereira, nos quais as escritas góticas arredondadas aparecem ainda em bulas, breves, provisões e monitórias oriundos da Santa Sé, sobretudo desta chancelaria extraordinariamente conservadora, pertencentes aos séculos XVII e XVIII (*v. g.*, docs. 18, 24, 25 e 30).

Nas escrivatinhas notariais, por seu turno, a escrita produzia-se para um público, por princípio, menos criterioso na exigência de cânones gráficos belos e esmerados, mas mais agradado pela obtenção, a um custo mais reduzido, de actos escritos, não importa se em letra cursiva, livre e sem luxo, mas ainda assim plenamente eficazes na sua função substantiva de fornecer as garantias legais que, naturalmente, se procurava para todos e quaisquer

---

negócios, interesses e necessidades.

Escreveu A. H. de Oliveira Marques que: “seria absurdo tentar uma classificação rigorosa das escritas do século XVI, individualistas ao extremo, caóticas na co-utilização de elementos góticos puros com elementos cortesãos, processados, encadeados e humanistas”(12). Nestes novos tempos, na verdade, o surgimento de modelos caligráficos divulgados sob a forma de livros e manuais destinados à formação dos “perfeitos secretários” disponibilizava modelos gráficos que serviriam de inspiração a um público de escribas, notários e letrados que rompia a tradicional cadeia de transmissão do saber da escrita de mestre para aprendiz.

A par disso, as escritas cursivas revelavam-se as mais capazes para servir um vertiginoso ritmo geométrico de multiplicação do escrito, numa sociedade para a qual as gentes do poder eram cada vez mais as gentes do saber, os legistas, os burocratas, amanuenses de Estados de vocação imperialista, que geriam espaços coloniais imensos e protagonizavam as grandes revoluções comerciais, bancárias e cambiais que dinamizavam todo o processo económico global.

No entanto, toda a escrita é dinâmica e tende, no tempo, à metamorfose no aparato, na plasticidade do desenho, na mutação de raiz morfológica. Os ecos dessa renovação mostram-se mais cedo na chancelaria régia portuguesa do que na da Cúria romana — num movimento universal que poderá representar, em termos de estruturas modelares de chancelarias, uma predisposição para a renovação mais acentuada nas periferias do que nos pólos centrais, mais institucionais, conservadores e resistentes à inovação — começando por aparecer primeiro, em ambas, posto que em quadros temporais desencontrados, na documentação

12•“Paleografia”, *Dicionário de História de Portugal*, IV, p. 532.

---

de menor aparato e de mais reduzida eficácia para se estender, entre excepção e caminhada paulatina e irreversível, aos documentos mais solenes (*v. g.*, 11, 12, 18, 22, 24, 25, 30).

No conjunto documental que se valoriza com esta exposição, encontraremos escritas góticas cursivas cortesãs (*v. g.*, docs. 9, 9a e 9b) e usuais tardias, angulosas ou redondas (*v. g.*, docs. 1 a 3, 5, 13, 14), seguidas por cursivas usuais semi-processadas ou de tendência para tal figurino (*v. g.*, doc. 4, 6 a 8), processadas redondas (*v. g.*, doc. 16) e plenamente processadas (*v. g.*, docs. 10, 15, 17, 21), processadas de tendência encadeada (doc. 20) e plenamente encadeadas (doc. 23).

Temos também exemplos da escrita humanística italiana (*v. g.*, docs. 19, 25), escrita disciplinada, recuperando matizes clássicos na história do alfabeto latino ocidental, servindo um ideal cultural e estético que virá, a partir de finais de Quinhentos, a dar lugar a novos modos gráficos, mais simples no traço morfológico, mas igualmente a letras, sobretudo as maiúsculas, mais amaneiradas e carregadas de ornamento, como são as escritas caligráficas vulgares dos séculos finais do Antigo Regime, deixando um espectro caudal que atingirá, sob as mais diversas manifestações, dos professores de caligrafia ao quotidiano feminino dos bordados de ponto de cruz, a plenitude do século XX (*v. g.*, docs. 31 a 59).

A história da escrita no Ocidente e do documento, considerado no seu conteúdo diplomático, normativo e de discurso monológico, é uma tarefa em aberto, como sublinha Albert d'Haenens nos estudos fecundos que tem dedicado a este tema<sup>(13)</sup>. O fazer da história pressupõe, como escrevíamos na abertura deste texto, uma contínua relação de intimidade

13\*Vd., entre outros estudos deste eminente Autor, as pistas que apresenta em *Écrire, utiliser et conserver des textes pendant 1500 ans: la relation occidentale à l'écriture*, Lovaina, 1983; Id., "La question de l'écriture: comment essayer de comprendre ce qu'est écrire", *Revista Portuguesa de História*, T. XXXII (1997-1998), pp. 489-524.

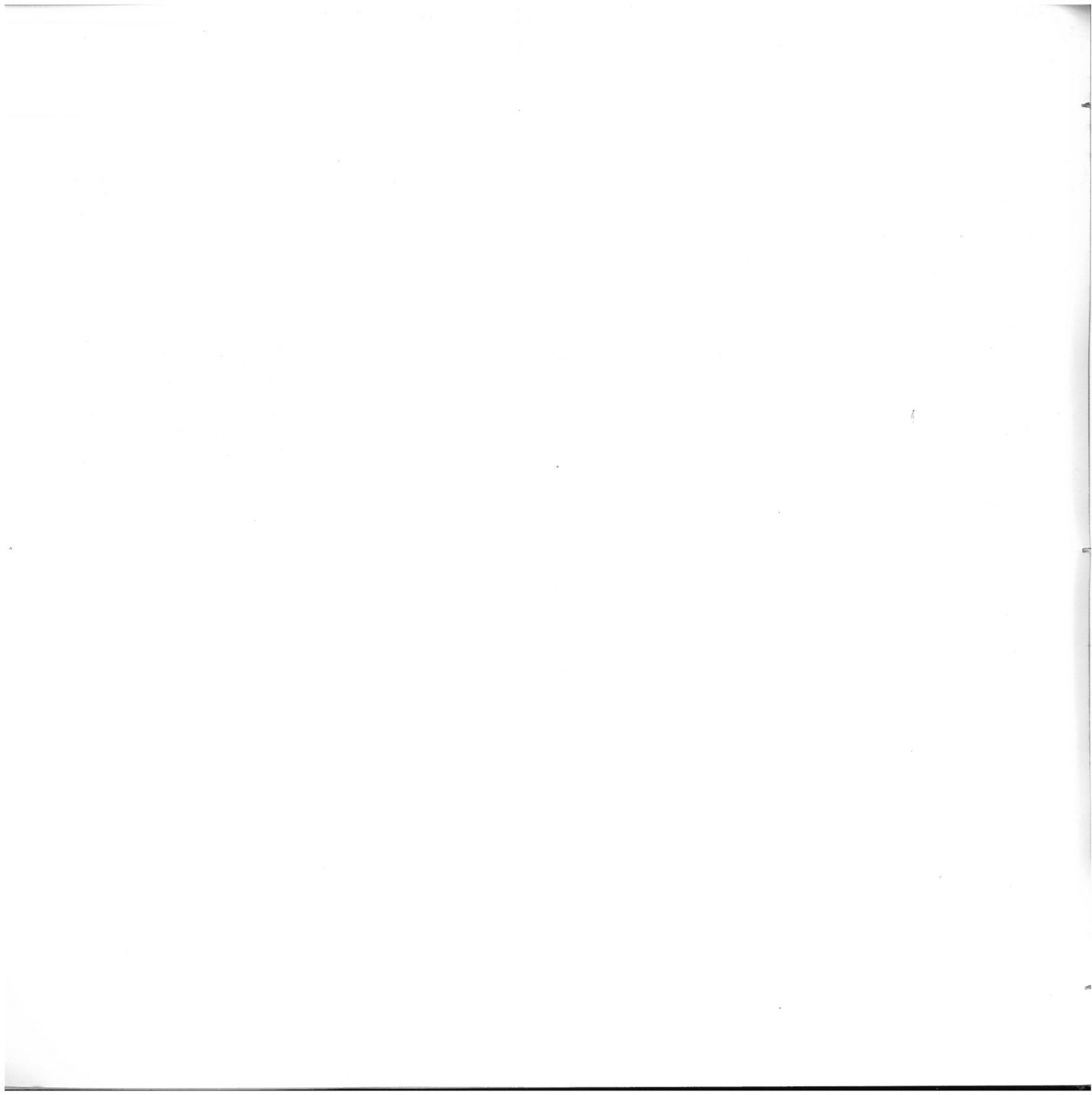
---

do historiador com o documento arquivístico, qualquer que seja, hoje em dia, o quadro conceptual classificatório que se apresente para esses múltiplos objectos portadores de informação escrita desde há alguns milhares de anos.

A observação do traço paleográfico e da orgânica diplomática do documento, onde cada nova palavra transporta em si a memória dessa *ars antiqua* criada, segundo esotéricas lendas, por Hermes, são um passo mais numa história das civilizações humanas que permanece, ainda, mal conhecida. Na Colecção de Isaías da Rosa Pereira, doada ao Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras, encontramos uma bela página desse problema que desejamos compreender e esclarecer. Uma página que exhibe, ela própria, o percurso de um Historiador multifacetado, eminentemente modernista, como o é este núcleo de pergaminhos e papéis lavrados desde há quinhentos anos atrás até ao crepúsculo de Oitocentos, mas também um sábio que fazia da História uma descoberta permanente do novo e um sacerdócio do porvir.

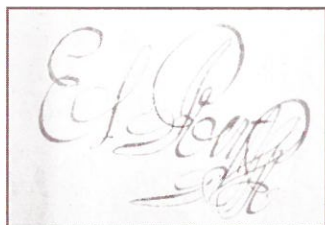
## Índice cronológico dos documentos expostos

<i>Nº na Exposição</i>	<i>Nº no Catálogo</i>	<i>Ano</i>
1	1	1491
2	2	[1492]
3	5	1503
4	8	1514
5	9	1515
6	12	1518
7	18	1554
8	19	1555
9	22	1605
10	23	1610
11	24	1618
12	25	1624
13	26	1632
14	28	1683
15	29	1683
16	30	1690
17	33	1709
18	34	1713
19	36	1719
20	38	1725
21	39	1728
22	40	1729
23	42	1751
24	45	1762
25	49	1782
26	50	1794
27	51	1798
28	52	1798
29	53	[Fins séc. XVIII]
30	55	1814
31	58	1826
32	60	1888





Handwritten text in a cursive script, likely a historical document or manuscript. The text is partially obscured by a horizontal line and a dark red rectangular mark on the right side.

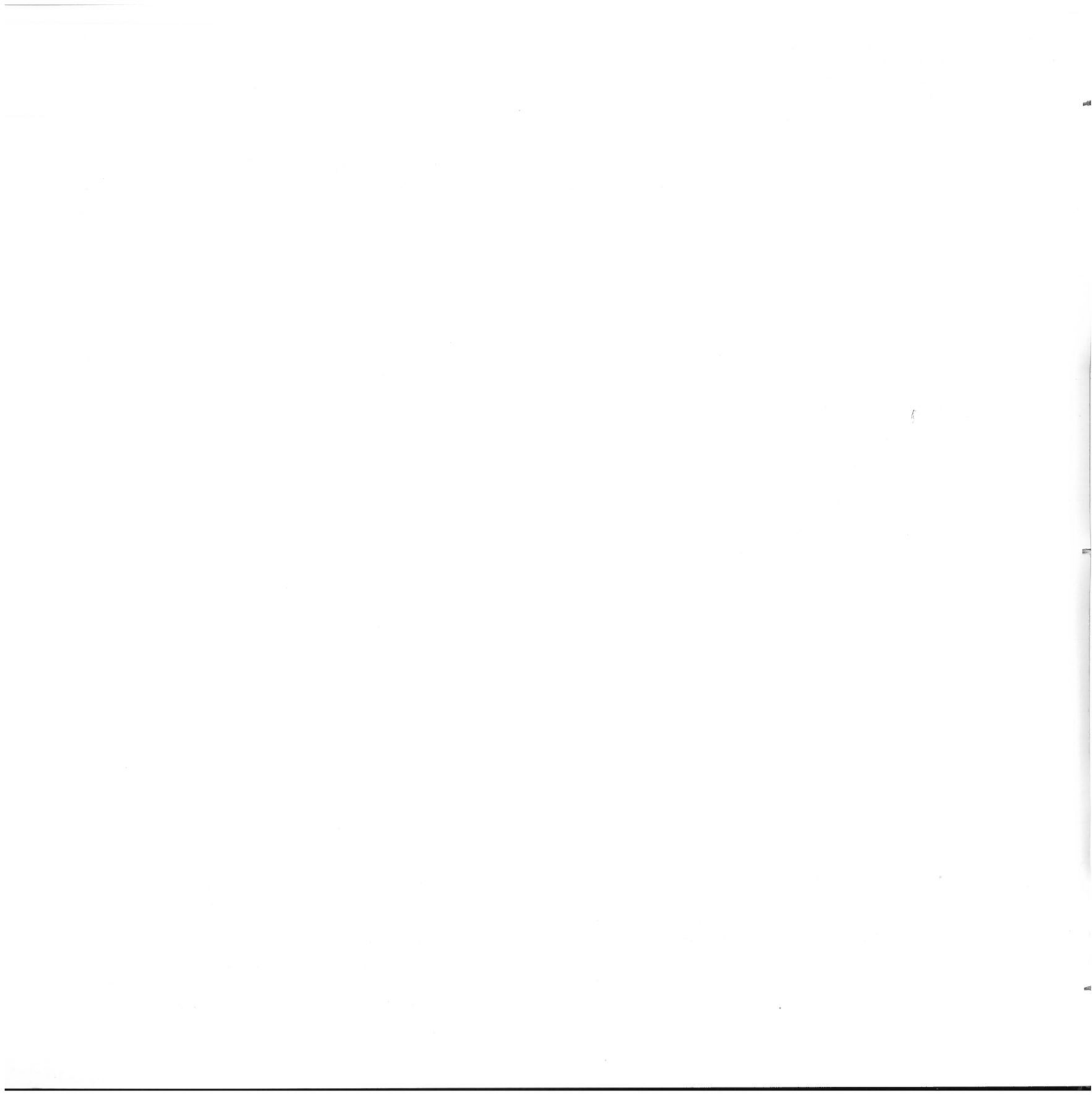


Handwritten signature or initials in cursive script, possibly reading 'E. J. Gomes'.



Mestre Saul António Gomes

Mestre Maria do Rosário Barbosa Morujão





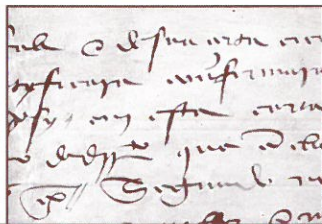
1

1491 JANEIRO, 10, Outela  
(c. Almada)

Margarida Luís, “onrada dona  
viuva”, compra a João Pinheiro,  
barqueiro, uma vinha, situada no  
sítio da Romeira (c. Almada), por  
2 600 reais brancos, salvo a sisa,  
o qual dinheiro foi entregue por  
duas dobras sevilhanas, um justo  
de ouro e 1 250 reais em ceitis.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 1.

Original; português; pergaminho; larg. 350 x alt. 345 mm; escrita  
gótica cursiva usual; conservação razoável; sinal de Diogo Lopes,  
tabelião público em Almada.



2

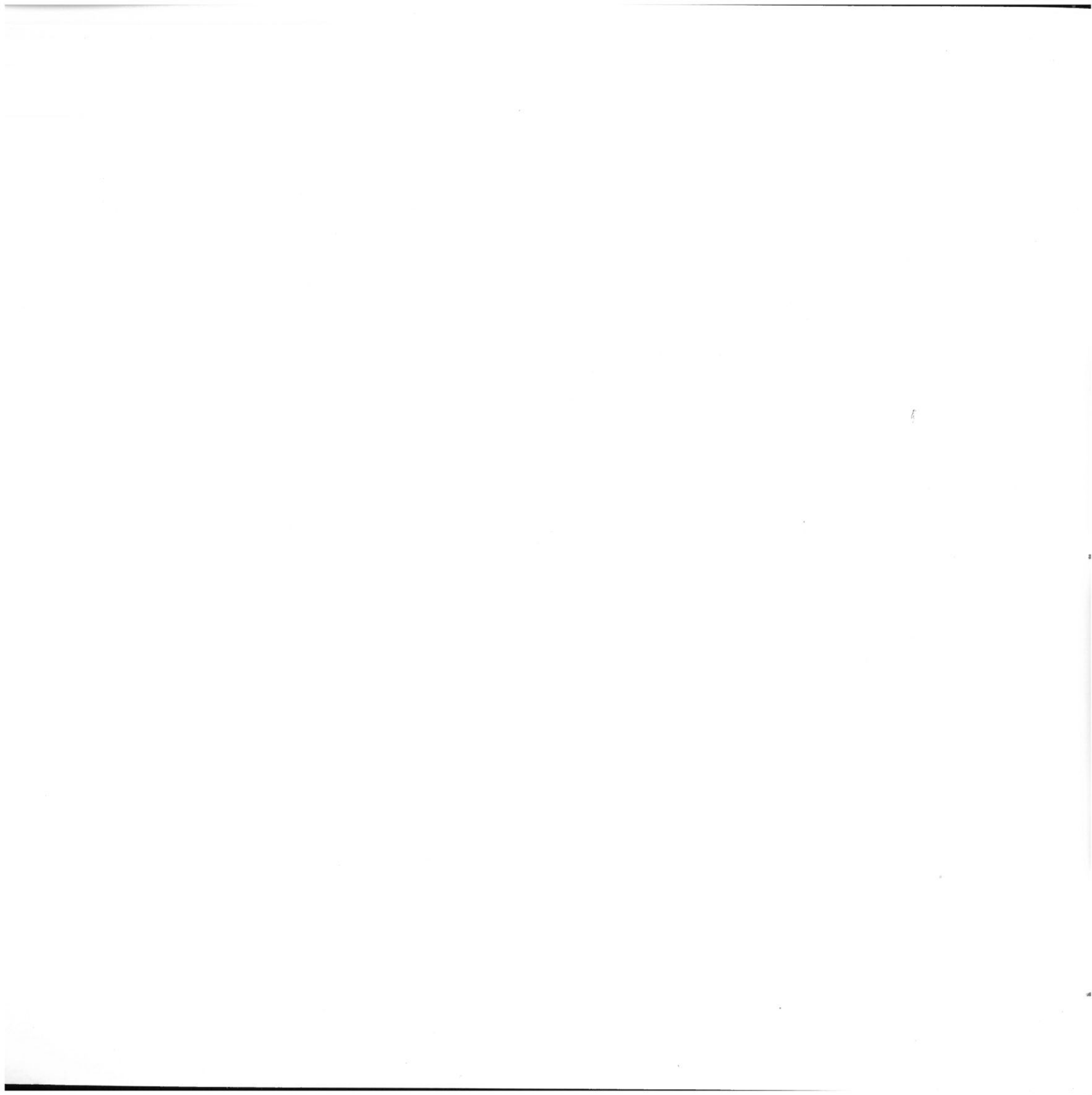
[1492]

D. Álvaro obtém sentença  
favorável de D. João II sobre o  
pagamento de 5 500 dobras a que  
tinha direito, segundo estava  
estipulado no contrato  
matrimonial de sua mãe, D.  
Beatriz [de Meneses, condessa de  
Loulé]. O pagamento desta  
quantia fora recusado pelo  
“Conde” [D. Francisco Coutinho,  
4º Conde de Marialva].

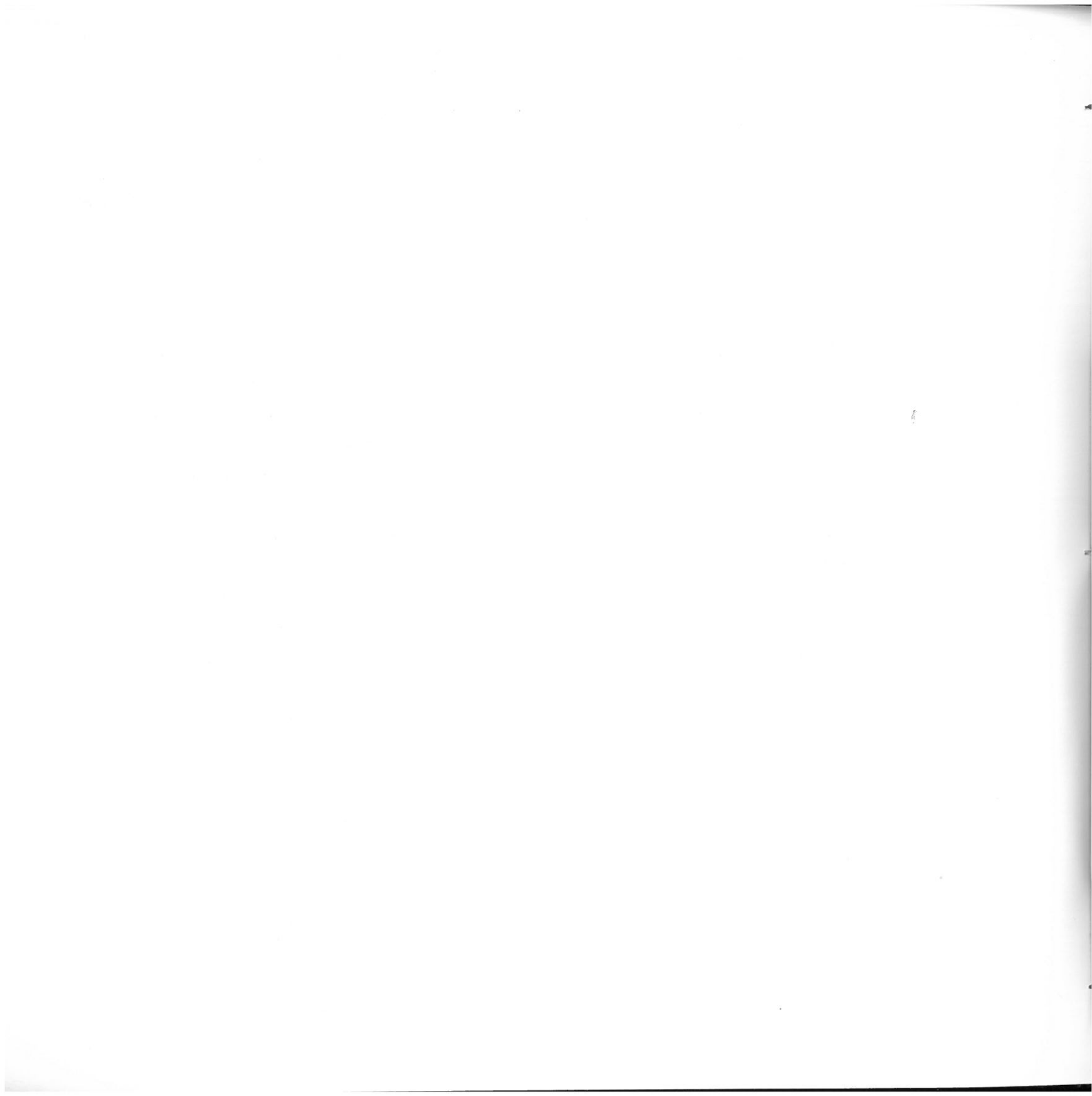
FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 2.

Bifólio de processo incompleto; original; português; pergaminho;  
in-folio; larg. 400 x alt. 545 mm; gótica cursiva cortesã de chancelaria;  
conservação razoável; proveniente da chancelaria régia; vestígio da  
perfuração do cordão do selo pendente ausente na margem de rodapé  
junto ao dorso.

Obs.: datação crítica: “o dito autor nos apresentou duas procurações  
.scilicet. huã de dom Rodrigo e outra de dona Melicia irmãos delle autor,  
as quaaes pareciam ser fectas e asynadas .scilicet. a do dicto dom Rodrigo  
por Gomes Ferrnandez publico tabeliam em a nosa villa d' Arzila em os vinte  
dias do mes d' Oytubro da era pasada de noventa e huum, e a da dicta dona  
Melycia por Ruy Gonçalvez publico tabeliam no couto do moesteiro d' Arouca  
em os xxbiii dias do mes de Setenbro da era de noventa e huum.”









3

1501 SETEMBRO, 7, Portel

*João Valada e João Fernandes Carneiro, escudeiro, alcaldes da Confraria do Espírito Santo, e Mestre Afonso, mordomo da mesma, moradores em Portel, fazem escambo com João Nunes e Maria Fernandes, sua mulher, sobre certas propriedades. Pelo contrato, a Confraria entregava uma courela de vinha no Vale da Arca e recebia da outra parte contratante uma terra de pão situada no sítio da Amieira (ambas no c. Portel). Contrato considerado “de muito proveito ao Santo, porquanto a dicta vynha nom rendia mays de cem reais pera o dicto Santo e o dicto quynhom de terra rendya xb alqueyres meio de pam e ao diante podia mais render”.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 3.

Original; português; pergaminho; larg. 285 x alt. 630 mm; gótica cursiva usual corrente; conservação razoável; tira de pergaminho de ovino com vestígios do corte junto da axila; sinal de João Lourenço, público tabelião de Portel por D. Jaime, Duque de Bragança.



4

1502 JUNHO, 27, Estremoz

*O licenciado Lopo Fernandes, juiz por el-rei em Estremoz, a requerimento de Fernando Eanes Folgado, escudeiro, manda passar carta autêntica com os testemunhos ajuramentados de alguns familiares do impetrante, pejos quais se declarava ser ele parente “segundo cõirmãao” de Lopo Vaz Folgado, “o qual Lopo Vãaz he muito parente do duque de Bragança e do bispo d’Evora”. Este Lopo Vaz era filho do Abade de Bouro, segundo declarara, em Chaves, estando “a mensa”, o Duque D. Afonso, filho del-rei D. João I, em palavras dirigidas “contra ha duquesa sua molher por o dicto abade: — Vedes aqy ho abade que he mays meu parente primeiro cõirmaõ ou segundo cõirmãõ da Comendadeyra mynha mãy”.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 4.

Original; português; pergaminho; larg. 550 x alt. 470 mm; gótica cursiva usual semi-processada; mau estado de conservação; com sinal do tabelião.



5

1503 JUNHO, 3, Mosteiro de  
Santa Maria de Oya (Bayona)

*D. Gregório Gonçalves, abade do Mosteiro de Santa Maria de Oya, da Ordem de Cister, e demais oficiais conventuais, vista e lida uma procuração de D. Gomes Xuares, fidalgo, morador em Torres Vedras, apresentada por Galeote Leitão, escudeiro e seu procurador, fazem-lhe aforamento em três vidas das granjas que o Mosteiro tinha em Jardim, Fanga da Fé e Enxara de S. Sebastião, nos termos de Enxara do Bispo e Torres Vedras, sob condição de que reparasse as igrejas e ermidas dessas granjas, a fim de nelas ser celebrado o culto divino, ter o casario das mesmas bem corregido, que fizesse tombo das ditas propriedades e que pagasse, em dia de S. João Baptista, por renda, sisa e pensão 3 000 maravedis de brancas e, por foro, 200, moeda usual à razão de “tres dineros la blanca [y] dos blancas el maravedi”.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 5.

Original; galego; pergaminho; larg. 411,5 x alt. 522,5 mm; gótica cursiva cortesã redonda; letra “A” inicial ornamentada a vermelho; roto e com manchas de “cancro roxo”; sinal de Afonso Álvares, raçoeiro de Stª Maria de Bayona, notário apostólico e escrivão dos actos capitulares do dito Mosteiro e seus coutos.



6

1505 SETEMBRO, 24, Évora

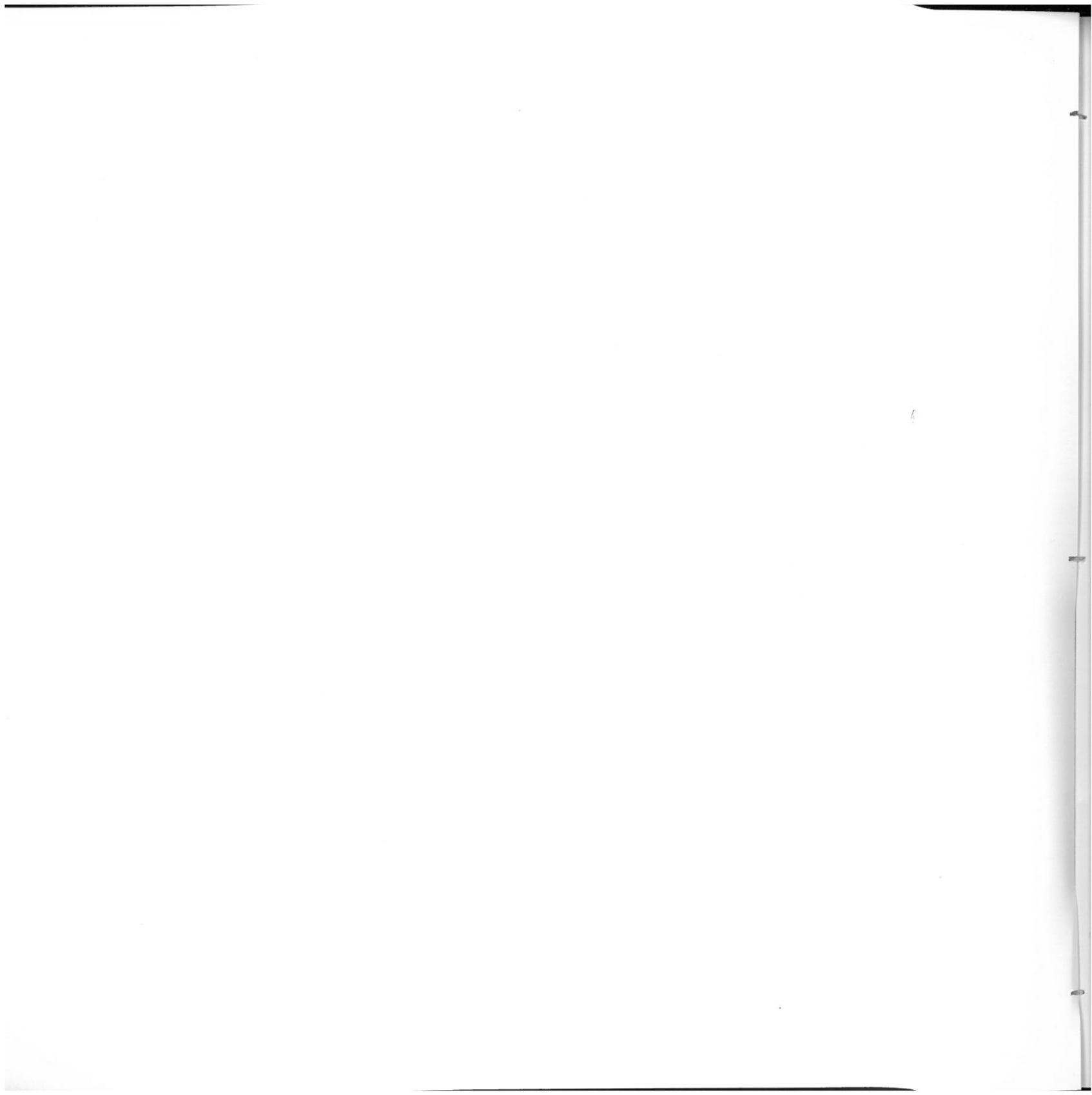
*Fernão Martins, pedreiro, e Brites Fernandes, sua mulher, moradores em Évora, vendem a Álvaro Rodrigues, escudeiro régio e escrivão “dante os ouvidores da sua casa da sopriraçam”, e a sua mulher, uma herdade no sítio de Quinhentas Barbas, no termo de Monsaraz, pelo preço de 16 000 reais brancos. Valor pago em “dinheiro moedado e em prata lavrada”.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 6.

Original; português; pergaminho; larg. 190 x alt. 554,5 mm; gótica cursiva usual semi-processada; conservação sofrível; perfurações e linhas delidas; sinal de João Figueira, escudeiro da rainha D. Leonor e tabelião público pelo rei em Évora.









7

1508 JULHO, 13, Évora

*Pedro Vaz Soares, cavaleiro da casa del-rei, renova o contrato de emprazamento de um moinho, situado na Ribeira de Beija Frade (c. Évora), a António Dias, cabreiro, casado com Catarina Álvares, moradores no termo de Montemor-o-Novo, pelo foro de 25 alqueires de trigo e quatro galinhas a pagar em dia de Páscoa. Dá-lhes consentimento, também, para venderem, por 10 000 reais brancos, salvo sisa e terrádigo, os seus direitos de exploração sobre esse moinho, ficando o foro a cargo de Fernão Lopes, lavrador.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 7.

Original; português; pergaminho; larg. 325 x alt. 450 mm; gótica cursiva usual de tendência processada; conservação sofrível; sinal de Diogo Cruzado, tabelião público por el-rei em Évora.



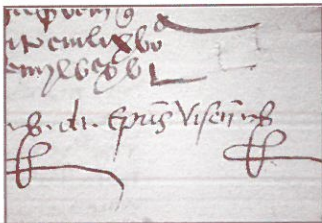
8

1514 OUTUBRO, 21, Elvas

*Pedro Eanes, escudeiro-fidalgo, casado com Isabel Mosqueira, moradores em Elvas, aforam uma herdade no sítio da Amoreira, termo da dita cidade, a Pero Aires Braço Longo e a Maria Cacela, sua mulher, bem como aos seus herdeiros, pelo foro de três moios de pão (dois moios e meio de trigo e 30 alqueires de cevada) pago em dia de Santa Maria de Agosto. Contrato notificado, conforme codicilo, a Maria Cacela, em 25 de Outubro do mesmo ano.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 8.

Original; português; pergaminho; larg. 230 x alt. 900 mm; gótica cursiva usual de tendência processada; tira de pergaminho de ovino com vestígios do corte junto às axilas na margem superior e inferior esquerda; conservação razoável, rasgão cosido a linha no início; sinal de Gaspar da Ponte, tabelião del-rei em Elvas.



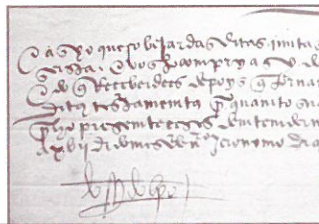
9

1515 JUNHO, 9, Lisboa

O Bispo de Viseu, comissário da Bula da Santa Cruzada concedida por Leão X, para ajuda dos gastos e despesas na guerra e conquista de África “contra os mouros”, dá comissão a Leônides Correia, juiz por el-rei em Elvas, a fim de poder prover nos testamentos, cédulas e codicilos que os finados deixarem naquele concelho, conforme ao regimento que anexa.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 9.

Original; português; bifólio de papel; larg. 215 x alt. 288 mm; gótica cursiva cortesã; assinatura autógrafa de D. Diogo, bispo de Viseu; vestígios do lacre do selo da “Santa Cruzada”.



9 a

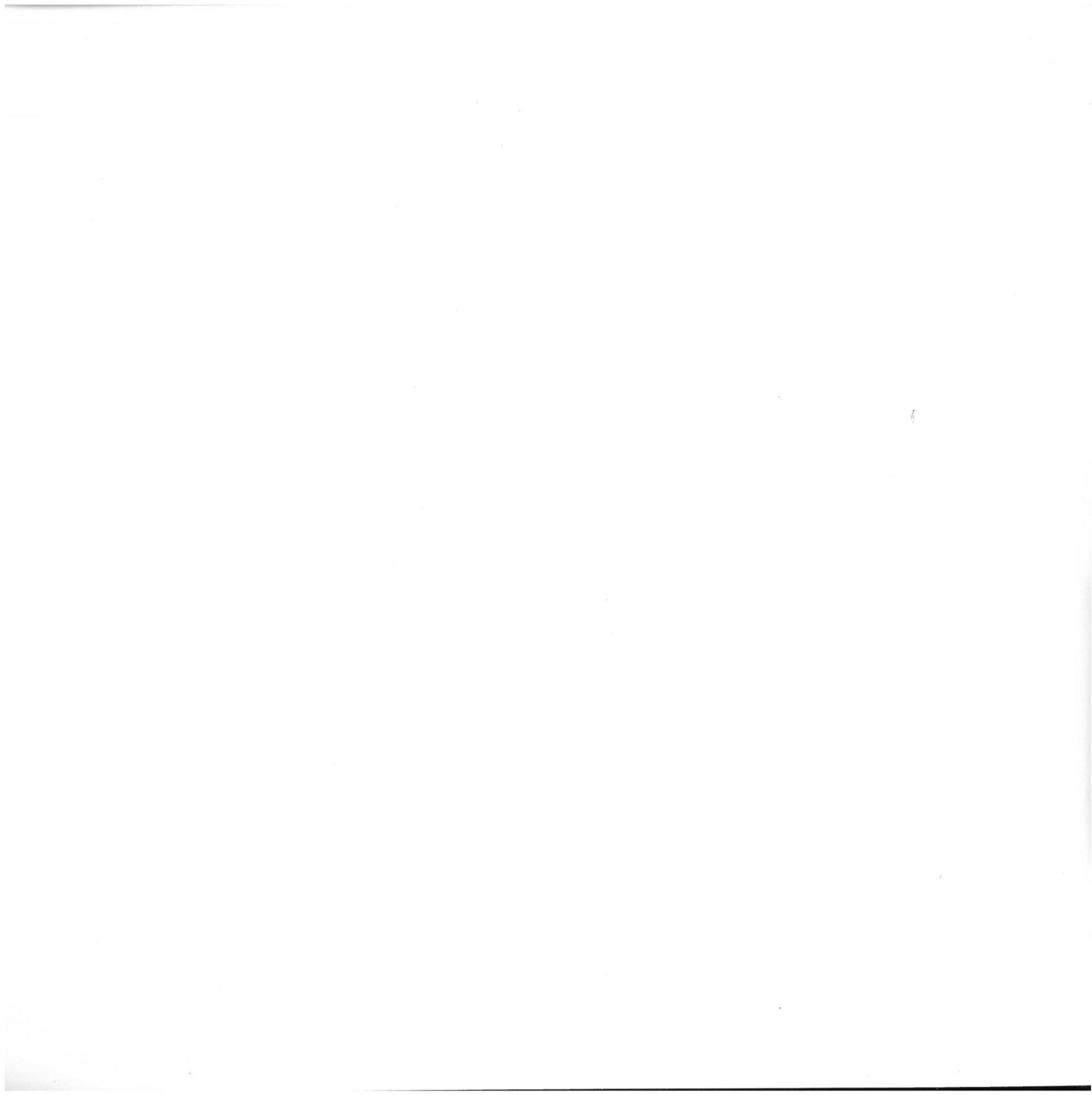
1515 JUNHO, 14, Lisboa

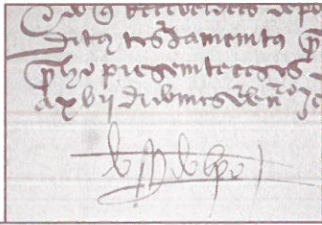
Regimento dos comissários da Bula da Cruzada.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 9a.

Original; português; caderno de dois bifólios de papel; larg. 215 x alt. 288 mm; gótica cursiva cortesã; assinatura autógrafa de D. Diogo, bispo de Viseu; vestígios do lacre do selo da “Santa Cruzada”.







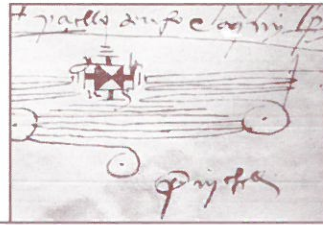
9 b

1515 NOVEMBRO, 17, Lisboa

Provisão enviada a Leónides Correia pelos comissários da Bula da Cruzada, os Bispos de Lamego e de Viseu, para que aplicasse a cobrança do quinto sobre os bens de finados abintestados, conforme à ordenação régia de 21 de Julho de 1515, devendo reverter os valores cobrados a favor da Santa Cruzada.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 9b.

Original; português; bifólio de papel; larg. 215 x alt. 288 mm; gótica cursiva cortesã; assinaturas autógrafas de D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, bispo de Lamego e de D. Diogo Ortiz de Vilhegas, bispo de Viseu.



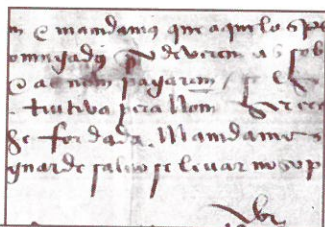
10

1516 MARÇO, 3, Lisboa

D. João, bispo de Safim, do Conselho e do Desembargo del-rei, provedor-mor dos hospitais e capelas de Lisboa, empraza, em leilão público, a Margarida Eanes, mulher de João Vaz, cavaleiro, quatro casas sobradadas sem loja e mais uma eira, propriedade do Hospital Grande de Todos os Santos, situadas “na rua que se ora novamente abryto que vay de Nosa Senhora da Conceição pera a ourivezorya”, por 2 700 reais e duas galinhas de foro, por dia de Natal, durante três vidas. Em 8 de Maio de 1516, foi lida a procuração do marido da enfiteuta, datada de Azamor, aos 21 de Abril do mesmo ano, pela qual lhe conferia poder para a conclusão formal do contrato estabelecido.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 10.

Original; português; in-folio em pergaminho; fólio com numerações antigas “CLI” / “152” recortado, ou de livro de registo do Hospital de Todos os Santos, ou de livro de notas da escrivania dos hospitais, capelas, albergarias e confrarias de Lisboa; larg. 360 x alt. 565 mm; escrita processada; sinal de Martim de Castro, escrivão público dos hospitais e capelas de Lisboa.



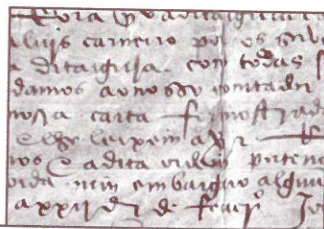
11

1517 JUNHO, 10, Lisboa

D. Manuel I determina, por alvará, que, a fim de prelados, cabidos, oficiais e todas as pessoas eclesiásticas do Reino receberem mais favor e brevidade em suas causas judiciais, possam ser auxiliadas pelo braço secular em determinados casos, nomeadamente: a) quando procederem contra pessoa ou pessoa “de participantes” para interdito; b) que os excomungados que devam ser presos, o fossem, “nom sendo pessoas asy declaradas juizes nosos nem oficiães outros de nosa justiça”; c) que todo o malfeitor que se acolhesse a igreja não seja dali tirado pelo braço secular sem primeiro se fazerem autos sobre o assunto que deverão ser levados à Relação e aí despachados “como for justiça”; d) para os eclesiásticos usufruírem de dois anos para demandarem os seus devedores na justiça; e) que os excomungados, tendo dívidas para com pessoas eclesiásticas, não recebam “carta tuitiva pera nom sereem presos”.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 11.

Original; português; bifólio de pergaminho; larg. 210 x alt. 284 mm; gótica cursiva cortesã de chancelaria; manchado; assinatura autógrafa do rei e do secretário D. António [de Alcáçova Carneiro].



12

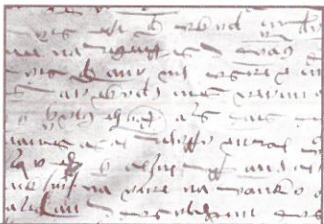
1518 FEVEREIRO, 22, Lisboa

D. Manuel I faz mercê da comenda da igreja de Santa Marinha de Quintela, em Vale do Paço (arcebispado de Braga), da Ordem de Cristo, com suas anexas, a D. Luís Carneiro, excepto em 60 cruzados que ficariam, em cada ano, a João Freire, escrivão da câmara de D. Diogo de Sousa, arcebispo bracarense, reitor da mesma.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 12.

Original; português; pergaminho; larg. 365 x alt. 240 mm; gótica cursiva cortesã de chancelaria; conservação razoável com pequenas perfurações e manchas; sem vestígios de selagem; assinatura autógrafa do rei e do secretário D. António [de Alcáçova Carneiro].





13

[1521] SETEMBRO, 6, Lisboa

Leonel Velho, bacharel em Cânones, desembargador e vigário geral pelo Arcebispo D. Martinho, na Diocese de Lisboa, concede autorização à celebração de um contrato de arrendamento, pelo qual Fernão Martins, beneficiado da igreja de Santiago de Lisboa, depois de aceitar a encampação de Joana Fernandes, mulher de Álvaro Rodrigues, alfaiate, no foro de certas casas que pertenciam à sua razão, no valor de cem reais e duas galinhas por ano, o renova a Diogo Rodrigues, filho daquela, e sua mulher, Branca Gonçalves, em três vidas, pelo preço de 300 reais e duas galinhas boas, a ser pago em dia de Natal.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 13.

Original; português; pergaminho; larg. 295 x alt. 855 mm; escrita gótica cursiva usual de tendência processada; mau estado de conservação na parte final, apresentando rasgões e manchas; ementas dos registos de chancelaria no verso.

Obs.: datação crítica: "(...) de fazer a primeira paga por este dia de Natal primeiro que vem em que sse começara o anno de  $\bar{T}b^C$  XXII annos."



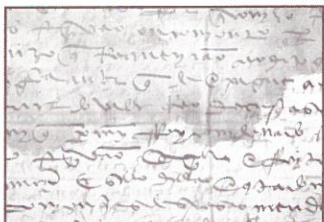
14

1528 FEVEREIRO, 25, A-da-Barrica (c. Arruda)

António Lopes, fidalgo da casa del-rei, e Leonor de Almeida, sua mulher, moradores em Trancoso (c. Lisboa), estabelecem contrato de aforamento, em três vidas, com João Fernandes e Beatriz Eanes, sua mulher, de uma casa e dois chousos, no lugar de "Trancoso da Metade" (Trancoso do Meio, Lisboa), com o foro anual de 150 reais e um frangão. Emprazaram-lhes, ainda, uma vinha chamada do Pinheiro, pela qual pagariam um quarto de vinho e uma galinha, e um mato, no mesmo local, pelo preço de 10 alqueires de trigo e um frangão. Os foros seriam pagos em dia de Santa Maria de Setembro.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 14.

Original; português; pergaminho; larg. 330 x alt. 485 mm; gótica cursiva usual de tendência processada; deteriorado com rasgos na margem esquerda e concavidade natural na direita; sinal de Vasco Peres, tabelião público em Arruda.



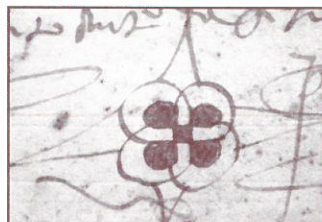
15

1536 NOVEMBRO, 23, Lisboa

*O bacharel Martim Lourenço, juiz dos órfãos em Lisboa, promulga sentença no feito entre Gabriel Figueira, cavaleiro da casa del-rei, como tutor de Filipa de Lemos, filha de Fernão Gomes de Lemos, autores, contra Miguel do Vale, também cavaleiro da casa real e ex-feitor régio na cidade de Goa. Tendo este recebido de Fernão Gomes de Lemos, entretanto falecido, 440 quintais e três arrobas de canela, a dita sua filha reclamava a respectiva entrega. No entanto, Miguel do Vale alega nada ter a pagar, porquanto essa especiaria fora apropriada por D. Henrique de Meneses, capitão-mor na Índia, segundo quitação assinada por Afonso Mexia, vedor da fazenda na cidade de Cochim. Vista a defesa do arguido, foram os autores do processo condenados no pagamento das custas judiciais e das despesas feitas no processo por Miguel do Vale.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 15.

Original; português; caderno de papel com dois bifólios; larg. 215 x alt. 300 mm; escrita processada; conservação sofrível; com manchas de água; com subscrições notariais e do juiz (fl. 3v.).



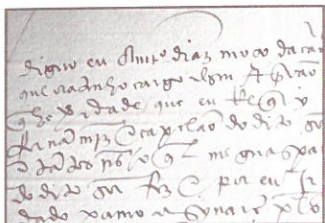
16

1539 AGOSTO, 28, Lisboa

*D. Diogo de Castro, do conselho real e capitão da cidade de Évora, como administrador perpétuo da capela de Senhorinha Afonso, situada no Mosteiro de S. Domingos de Lisboa, e em nome de D. Leonor de Ataíde, sua mulher, empraza, em três vidas, a Jorge Peres e a Ana Gomes, sua mulher, moradores na Quinta da Amora, em Almada, os bens da dita capela situados em Corroios (c. Almada), pelo foro de 17 almudes de vinho em cada ano. Contém, agregada, a ratificação e aprovação do contrato, datada de 3 de Janeiro de 1550, por D. Fernando de Castro e sua mulher D. Joana de Albuquerque.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 16.

Original; português; caderno em pergaminho com dois bifólios; larg. 220 x alt. 275 mm; escrita processada redonda; conservação sofrível; delido na margem de goteira, fls. 3v.-4 em mau estado; sinal de António do Amaral, cavaleiro e tabelião público em Lisboa.



17

1539 DEZEMBRO, 20,  
Sábado, Lisboa

António Dias, moço da câmara do Infante D. Henrique e escrivão dos seus contos e cevadaria, declara ter recebido por parte do bacharel Fernão Martins, capelão do mesmo senhor, um mandado de seis mil e tantos reais, cujo recebimento remeteu ao cuidado de Gaspar Cota, escrivão da cozinha, que o deveria fazer assinar pelo mordomo-mor do dito Infante. Como este falecera sem o fazer, o dinheiro não chegou a ser pago, reiterando o declarante haver lugar ao respectivo recebimento.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 17.

Original; português; folha de papel; larg. 205 x alt. 275 mm; escrita processada; com manchas de água; restaurado.



18

1554 JUNHO, 5, Roma

D. Rainúncio, cardeal do título de Stº Ângelo, subscreve, “sub sigillo officii Penitenciarie”, bula de confirmação apostólica dirigida a D. António de Ataíde, Conde da Castanheira e senhor de Povos e de Cheleiros, pela qual confirma o direito da sua família ao padroado sobre o Mosteiro de Nossa Senhora das Neves, na Castanheira, de monjas clarissas, fundado por D. Fernando de Ataíde e D. Violante de Távora, seus progenitores, conforme à aceitação de Fr. André da Ínsua, Ministro Geral da Ordem dos Menores, bem como ao direito a receberem sepultura, eles e os demais sucessores, na capela-mor do Mosteiro. Derrogavam-se, assim, quaisquer decretos conciliares, sinodais e provinciais, bem como constituições, ordenações, estatutos ou deliberações de prelados e superiores eclesiásticos que pudessem ir contra os privilégios e direitos de padroado dos Condes da Castanheira sobre o dito Mosteiro.

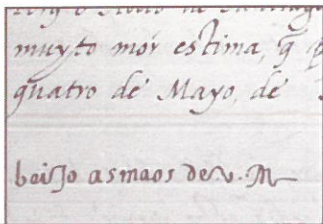
FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 18.

Original; latim; pergaminho; larg. 655 x alt. 413 mm; escrita gótica bulática redonda; *litterae elongatae* ornamentadas na primeira linha; bem conservado; registos e subscrições da Penitenciaria Apostólica na plica e no verso; orifícios do selo pendente ausente.









19

1555 MAIO, 24, Lisboa

João Mendes de Gomiél, embaixador da cidade de Sevilha com provisão do Príncipe de Castela, expondo a el-rei as reclamações daquela cidade acerca dos prejuízos que as autoridades portuguesas do norte de África causavam aos navios e comércio dos vizinhos daquela cidade, enuncia também alguns outros serviços que entendia ter prestado à Coroa de Portugal, por cuja atenção pedia ao rei de Portugal que intervisse junto do Imperador Carlos V, recomendando-o, a fim de lhe ser concedido o hábito da Ordem de Santiago, em Castela, ao qual se havia candidatado.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 19.

Original; castelhano; folha de papel; larg. 215 x alt. 305 mm; escrita humanística italiana; bem conservado.



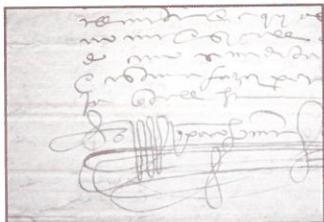
20

1558 JANEIRO, 6, Lisboa

O doutor Cristóvão Teixeira, desembargador e vigário geral no Arcebispado de Lisboa, depois de abrir o testamento, e proceder ao inventário dos bens nele arrolados, de Fernando Eanes Landim, religioso de missa, natural de Estremoz e falecido na cidade da Mina, datado de Lisboa, aos 8 de Julho de 1540, com aprovação a 17 de Novembro desse ano e codicilo de 18 de Fevereiro de 1542, pelo qual instituiu uma capela de seis missas rezadas, na igreja matriz de Santiago da sua terra natal, faz passar certidão do mesmo que remete às autoridades judiciais de Estremoz.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 20.

Original; português; pergaminho resultante de dois fólhos cosidos; larg. 515 x alt. 1460 mm; escrita processada tendencialmente encadeada; conservação boa; sinal de Francisco Lopes, público tabelião diante dos juizes do cível e do vigário geral de Lisboa.



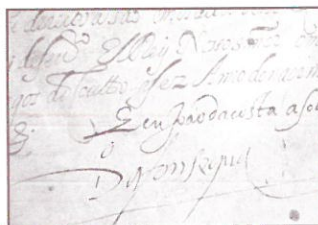
21

1564 NOVEMBRO, 28, Alhandra

*Inácio Rodrigues, sapateiro, e Antónia Ribeira, sua mulher, moradores em Trancoso do Meio (termo de Lisboa), vendem a Afonso Lopes Bulhão, fidalgo da casa real, morador em Lisboa, uma vinha situada no Porto de Almoutão, junto de Trancoso de Cima (c. Lisboa), por seis mil reais brancos. Contém o auto de posse de 7 de Novembro de 1565.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 21.

Original; português; caderno de papel com dois bifólios; larg. 200 x alt. 295 mm; escrita processada; boa conservação; com as subscrições dos contratantes, de Cristóvão Homem, escrivão público das notas de Alhandra pelo Senhor Cardeal D. Henrique e, ainda, do escrivão Francisco Antunes.



22

1605 FEVEREIRO, 22, Lisboa

*D. Filipe II, a pedido de António Fróis, clérigo de missa no termo de Lisboa, concede carta de legitimação a uma sua filha, de nome Maria, que houvera de mulher solteira antes de tomar as ordens sacras, a fim dela lhe poder suceder na herança.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 22.

Original; português; pergaminho; larg. 360 x alt. 320 mm; escrita caligráfica moderna; conservação sofrível; manchas e fungos; orifícios de selo pendente ausente; registos de chancelaria no verso; subscrições de Diogo da Fonseca e de Henrique de Sousa, desembargadores do Paço, e de João da Costa, escrivão.





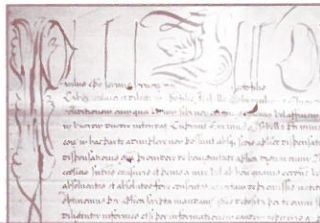
23

1610 DEZEMBRO, 9, Lisboa

Miguel Nunes, como procurador de D. Maior de Almeida, viúva de D. Pedro de Meneses, residente junto ao Mosteiro de Santa Mónica de Lisboa, faz emprazamento a Francisco Fernandes, trabalhador, e a sua mulher Antónia Fernandes, moradores em Trancoso (c. Lisboa), de uma terra de pão no sítio de Vale do Frade (c. Lisboa), em três vidas, pelo foro anual de seis alqueires de trigo macho e dois de cevada, em dia de Nossa Senhora de Agosto. Inscere traslado da procuração dada em Lisboa, aos 15 de Abril de 1610.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 23.

Original; português; caderno de papel com 5 bifólios; larg. 205 x alt. 290 mm; escrita encadeada; conservação razoável apresentando manchas de água; sinal de Francisco Rodrigo, tabelião de notas por el-rei em Lisboa.



24

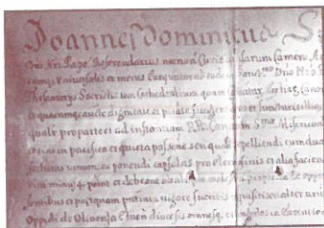
1618 JANEIRO, 13, Roma

O papa Paulo V envia ao Bispo de Elvas carta monitória pela qual concede licença de casamento a Manuel Cabreira e D. Isabel, natural da mesma diocese, posto que parentes consanguíneos em quarto grau.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 24.

Original; latim; pergaminho; larg. 315 x alt. 182 mm (mais plica: 40 mm); gótica bulática redonda; conservação razoável, mas com pequenas perfurações; vestígios de *punctorium* nas margens; cordão de selo pendente ausente; *litterae elongatae* e ornamentadas na primeira linha; subscrições da Cúria Apostólica.

Obs.: datação: "anno incarnationis Domini millesimo sexcentesimo decimo septimo", que interpretamos como do estilo florentino.



25

1624 OUTUBRO, 26, Roma

João Domingues Spínola, protonotário apostólico, referendário da câmara pontifícia e auditor geral da Cúria romana pelo papa Urbano VIII, envia monitória ao vigário-geral, aos capitulares e a todo o clero da Diocese de Elvas, pela qual lhes determina que respeitem e façam respeitar os privilégios da Confraria da Misericórdia de Olivença, guardando-lhe o direito de, nos funerais dos seus irmãos e de outros fiéis, serem levados os finados nos esquifes da Misericórdia e de, na Quadragésima, poderem realizar procissões “conducendi homines sese percipientes” e distribuir caixas para recolha de esmolas.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 25.

Original; latim; pergaminho; larg. 315 x alt. 195 mm; humanística itálica; conservação razoável; *litterae elongatae* na primeira linha; vestígios do *vinculum* com tira de pergaminho de selo pendente ausente; subscrições da Penitenciaria apostólica.



26

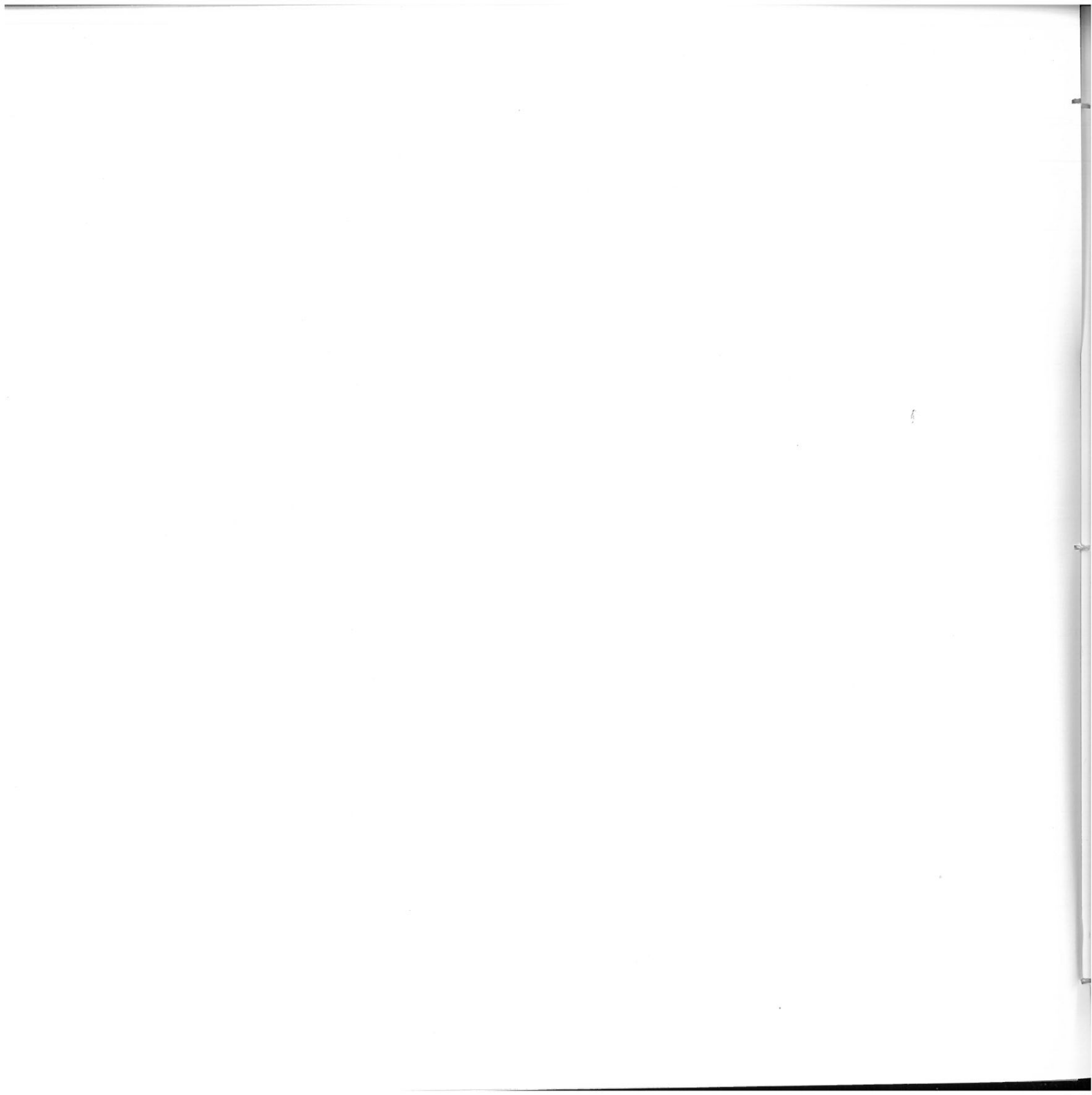
1632 JULHO, 10, Braga

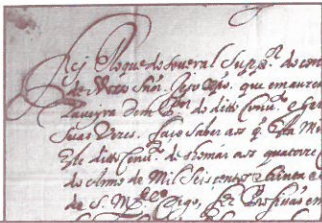
D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Braga e primaz das “Hespanhas”, provê D. Diogo de Lima, filho de D. Lourenço de Lima de Brito Nogueira, Visconde de Vila Nova de Cerveira, natural de Lisboa e clérigo “in minoribus”, no curato da igreja paroquial de Santa Eulália de Redemoinhos, da comarca de Valença do Minho, por imposição de barrete feita em seu procurador, o Pe. Manuel Velez, capelão do arcebispo.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 26.

Original; português; pergaminho; larg. 430 x alt. 280 mm; escrita caligráfica moderna; *litterae elongatae* e ornamentadas na primeira linha; texto com duas linhas em cercadura; conservação razoável; manchas de água; selo de chapa do Arcebispo de Braga em mau estado de conservação; subscrições dos oficiais da provedoria arquiépiscopal.







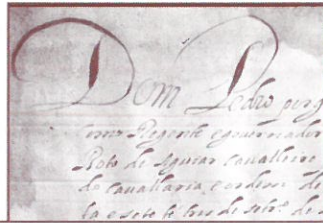
27

1637 SETEMBRO, 12, Lisboa

Alvará de Filipe III por que se determina ao Dom Prior do Convento de Tomar, da Ordem de Cristo, que receba em profissão a Fr. Baltazar Leitão da Silveira, cavaleiro, na forma das Novas Definições dessa Ordem. Contém agregada a certidão, passada em Tomar, aos 14 de Dezembro desse ano, por Fr. Roque do Soveral, superior do Convento de Tomar, em que se declara ter feito Fr. Baltazar Leitão da Silveira, cumprido um ano de noviciado, profissão nas suas

FLUC - IPD — Col. Isaiás R. Pereira, nº 27.

Original; português; bifólio de papel; larg. 208 x alt. 300 mm; caligráfica moderna; bem conservado; subscrição autógrafa régia e ementas e subscrições da chancelaria; com selo de chapa do Convento de Tomar.



28

1683 FEVEREIRO, 2, Lisboa

D. Pedro, Príncipe Regente, atendendo ao serviço prestado por Fr. Diogo Boto de Aguiar, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, enquanto soldado, “pago à sua custa”, entre 6 de Agosto de 1637 e 3 de Setembro de 1670, faz-lhe graça e mercê de 40 mil réis de pensão na Comenda de S. Miguel de Linhares, no arcebispado de Braga, tendo pago o que devia da meia anata e do quarto.

FLUC - IPD — Col. Isaiás R. Pereira, nº 28.

Original; português; pergaminho; larg. 430 x alt. 280 mm; escrita caligráfica moderna; bom estado de conservação; nastro e cocho de chapa do selo pendente ausente; registos e ementas da chancelaria real no verso; subscrição autógrafa do Príncipe.

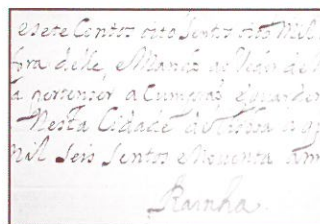


1683 SETEMBRO, 10, Lisboa

*D. Veríssimo de Lencastre,  
arcebispo de Évora e Inquisidor  
Geral, concede carta de familiar  
do Santo Ofício de Évora a Gaspar  
de Távora Boto, solteiro, natural  
de Portel e morador em Estremoz,  
atendendo à boa informação que  
dele havia quanto à geração, vida  
e costumes.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 29.

Original; português; pergaminho; larg. 385 x alt. 245 mm (mais plica 18 mm); conservação razoável; escrita caligráfica moderna; letra inicial ornamentada; moldura de duas linhas; registos de chancelaria no verso; subscrição autógrafa do Inquisidor Geral; fita verde acetinada e cocho de madeira do selo pendente ausente do Santo Ofício.

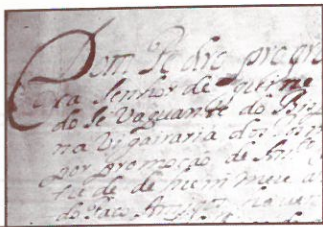


1690 SETEMBRO, 15, Lisboa

*A rainha D. Maria [Francisca,  
mulher de D. Pedro II] passa carta  
de quitação a Manuel Lopes de Lavre,  
que foi tesoureiro da Casa da Fazenda  
e Estado da rainha nos anos de 1687  
a 1689. Pelo encerramento da conta,  
prova-se ter o tesoureiro recebido  
147 808 861 réis, que foram  
despendidos a mando da rainha sem  
ficar qualquer dívida.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 30.

Original; português; pergaminho; larg. 503 x alt. 235 mm; bem conservado; escrita caligráfica moderna; assinatura autógrafa da rainha; furos de suspensão de selo pendente; assentos vários no verso.



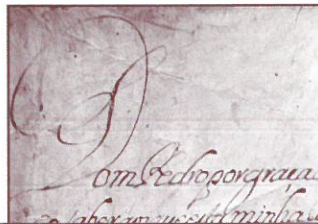
31

1706 FEVEREIRO, 22, Lisboa

D. Pedro II apresenta ao cabido da Guarda, cuja Sé se encontra vaga, Manuel de Almeida, sacerdote do hábito de S. Pedro, para a vigararia do Rosmaninhal, no Bispado da Guarda, que pertence ao padroado régio e se encontra vaga, por promoção do último vigário, António Correia. Insete alvará do mesmo rei dado em Lisboa, aos 7 de Fevereiro de 1706, dirigido aos desembargadores do Paço, mandando-os passar carta comprovativa da apresentação de Manuel de Almeida à referida vigararia, em que será copiado este alvará.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 31.

Original; português; pergaminho; larg. 416 x alt. 246 mm; conservação razoável; escrita caligráfica moderna; fragmento de selo pendente de cera; várias assinaturas autógrafas; assentos vários no verso.



32

1706 JULHO, 24, Lisboa

D. Pedro II concede carta de legitimação a David, filho do Padre António da Guerra de Almeida, morador na quinta das Flores (freg. S. Nicolau, concelho de Cabeceiras de Basto), a pedido do pai, que, na ausência de herdeiros forçados, queria deixar os seus bens a este e aos outros três filhos que tem (como é explicado no instrumento de 20 de Setembro de 1703, aqui resumido).

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 32.

Original; português; pergaminho; larg. 474 x alt. 283 mm; conservação razoável (rasgão na parte inferior e dois buracos, que não impedem a leitura); escrita caligráfica moderna; furos de suspensão de selo pendente; várias assinaturas autógrafas; assentos vários no verso.



33

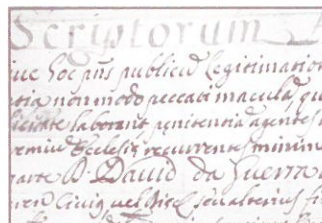
1709 SETEMBRO, 2, Lisboa

*O bispo e capelão-mor D. Nuno da Cunha de Ataíde, inquisidor-geral no reino de Portugal, do conselho de Estado, torna familiar do Santo Ofício da Inquisição da cidade de Évora Manuel*

*Rodrigues de Ataíde, oficial maior da vedoria geral da artilharia da província do Alentejo, natural e morador em Elvas, casado com Luísa Jacinta Vidigal.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 33.

Original; português; pergaminho; larg. 366 x alt. 244 mm; boa conservação; escrita caligráfica moderna; iniciais decoradas nas primeiras linhas; assinatura autógrafa do inquisidor-geral; suspensão de seda verde e cocho de madeira do selo pendente desaparecido do Santo Ofício; registo no verso.



34

1713 MARÇO, 18, Roma

(palácio apostólico e chancelaria dos arquivos)

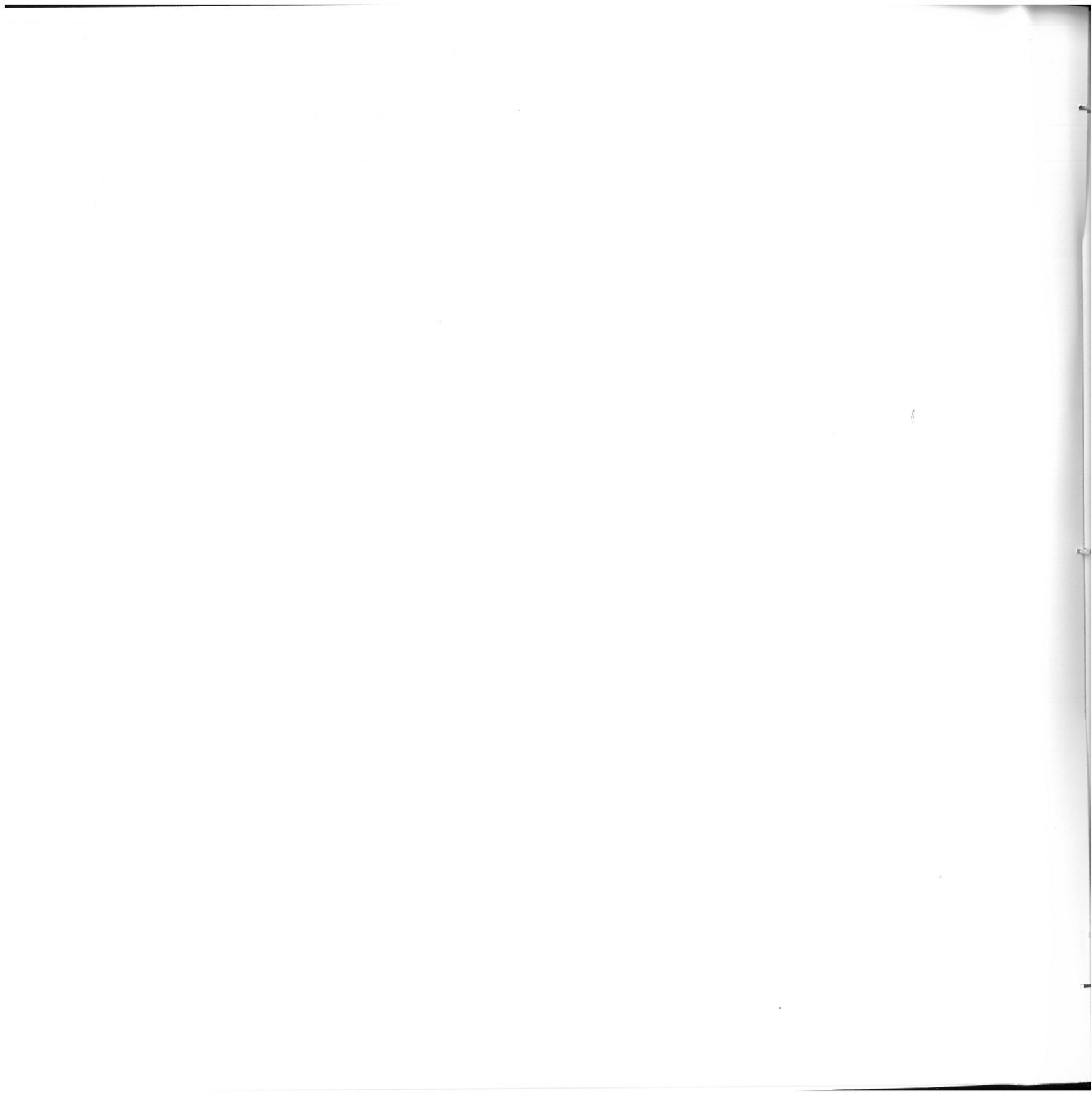
*David da Guerra de Almeida, filho do presbítero António da Guerra e de Maria Martins de Chagas, recebe carta de dispensa de defeito de nascimento, de modo a poder receber e transmitir herança.*

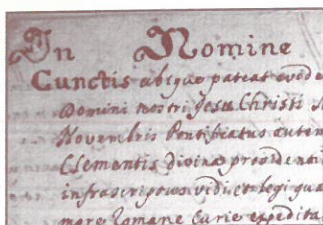
FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 34.

Original; latim; pergaminho; larg. 291 x alt. 205 mm; conservação razoável (foi restaurado); escrita caligráfica moderna itálica; várias assinaturas autógrafas.









35

1717 NOVEMBRO, 18,  
Roma (Santa Maria Maior)

Motu proprio do papa Clemente XI, dirigido ao vigário do cabido da Sé de Lisboa, estando vago o Arcebispado, mandando-o fazer visitaçào ao mosteiro feminino de Santa Clara de Lisboa Oriental.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 35.

Cópia em instrumento público de 1717 Novembro, 23, Roma; latim; bifólio de papel; larg. 152 x alt. 214 mm; conservação razoável; escrita caligráfica moderna; primeira linha com letras decoradas; várias assinaturas autógrafas; selo de chapa; carimbo.



36

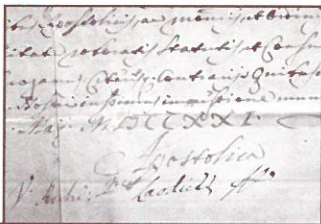
1720 DEZEMBRO, 20,  
Roma (Santa Maria Maior)

Bula do papa Clemente XI Ex parte, dirigida ao Arcebispo de Évora e aos Bispos de Coimbra e Leiria, derogando a sentença da Nunciatura Apostólica sobre a causa matrimonial que afectava Francisco Vaz Vicente, leigo de Lisboa Ocidental, e Francisca Xavier, e determinando que se proceda a um novo julgamento.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 36.

Cópia em instrumento público de 1721 Janeiro, 3; latim; papel; larg. 253 x alt. 194 mm; boa conservação; várias assinaturas autógrafas; selo de chapa; carimbo.

Obs.: datação: "anno incarnationis Domini millesimo septingentesimo vigesimo", que interpretamos como do estilo florentino.



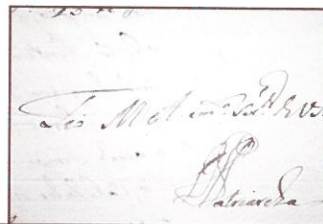
37

1721 MAIO, 9, Lisboa

Vicente Bichi, núncio apostólico em Portugal, escreve ao vigário de Braga no espiritual, autorizando Ana Maria de Vilhena a permanecer no mosteiro de Santa Clara de Amarante, da Ordem de S. Francisco, gozando de dispensa de uso do hábito e de cumprimento da disciplina.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 37.

Original; latim; pergaminho; larg. 322 x alt. 268 mm; escrita moderna; conservação razoável; vestígios de selo de chapa; várias assinaturas autógrafas.



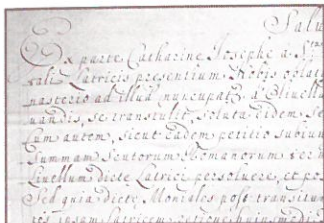
38

1725 JUNHO, 20, Lisboa

O patriarca [de Lisboa D. Tomás de Almeida] escreve uma carta a seu sobrinho António de Miranda Henriques, que está à frente de uma praça em África. Recomenda-lhe que não autorize a mulher a sair para fora da praça na sua sege, pois os mouros podem atacar de repente.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 38.

Original; português; papel; larg. 195 x alt. 274 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado.



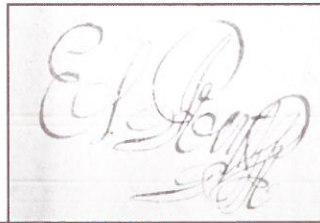
39

1728 JUNHO, 10, Roma

D. Bernardo Maria, cardeal do título de S. Bernardo ad Thermas, auditor na Penitenciaria apostólica por Bento XIII, atendendo à prece de Catarina Josefa de Santa Rosa, monja professa do mosteiro das Trinitárias de Lisboa, envia provisão ao Patriarca de Lisboa confirmando-lhe a autorização dada para ela se passar ao mosteiro de Odivelas, da Ordem de S. Bernardo, determinando, também, que lhe fossem devolvidos oito mil cruzados do seu dote de profissão.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 39.

Original; latim; pergaminho; larg. 440 x alt. 300 mm; escrita caligráfica itálica; bem conservado; subscrições dos oficiais da Penitenciaria apostólica; selo de chapa da Penitenciaria em bom estado, de forma oval, com a representação da Virgem sentada no trono com o Menino Jesus ao colo, na parte superior, e as armas pontificias na inferior; legenda "SIGILLUM OFFICII SACRI POENITENTIARIAE APOSTOLICAE".



40

1729 DEZEMBRO, 19, Lisboa

D. João V, como governador e perpétuo administrador da Ordem de Cristo, faz carta de padrão concedendo tença de 12 000 réis e o hábito de Cristo a Diogo Francisco de Távora Pimentel, neto de Francisco Macedo Pimentel.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 40.

Original; português; bifólio de pergaminho; larg. 240 x alt. 336 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado; suspensão e cocho metálico de selo pendente desaparecido; assinatura autógrafa do rei; assentos vários nos fls. 2r. e 2v.



41

1737 OUTUBRO, 16, Tomar  
(convento de Cristo)

*Fr. Félix da Gama, superior do convento de Tomar e presidente geral da Ordem de Cristo, faz saber que Fr. José Joaquim de Miranda Henriques, cavaleiro professo dessa Ordem, apresentou um alvará régio (que mandava o prior do mosteiro de Nossa Senhora da Luz, extra-muros da cidade de Lisboa, receber em profissão o referido Fr. José Joaquim), em cujo verso se encontrava a certidão, assinada pelo superior de Nossa Senhora da Luz, de como a profissão de Fr. José Joaquim tivera lugar no dia 9 de Outubro de 1737. Vista essa certidão, Fr. Félix da Gama manda inscrever verba no livro da matrícula da Ordem, com a data da profissão.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 41.

Original; português; bifólio de papel; larg. 211 x alt. 305 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado; selo de chapa, bastante bem conservado; assinatura autógrafa de Fr. Félix da Gama; no verso surge o nome de Fr. José Joaquim, seguido de uma nota do seu próprio punho.



42

1751 JULHO, 29, Lisboa

*D. José I, enquanto governador e perpétuo administrador da Ordem de Cristo, faz carta de padrão concedendo tença de 12 000 réis e o hábito de Cristo a Manuel José de Távora Pimentel Castro e Lemos Zagalo Saltão, filho de Diogo Francisco de Távora Pimentel Castro e Silva.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 42.

Original; português; bifólio de pergaminho; larg. 228 x alt. 307 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado; suspensão e cocho metálico de selo pendente desaparecido; assinaturas autógrafas do rei e do conde de Outão; assentos vários no fl. 2r.



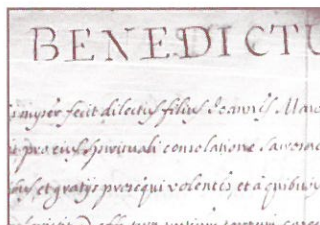
43

1752 JANEIRO, 14, Roma  
(Santa Maria Maior)

*Breve do papa Bento XIV dirigido aos ministros e oficiais da Inquisição em Portugal, autorizando-os a receber os proventos dos benefícios eclesiásticos que detiverem e implicarem obrigação de residência, mesmo que estejam ausentes, em negócios do Santo Ofício. Refere cartas no mesmo sentido dos seus antecessores, nomeadamente um breve de Clemente X de 25 de Maio de 1673 e outro, seu, de 21 de Novembro de 1746.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 43.

Cópia em instrumento público de 1752 Janeiro, 19, [Roma]; bifólio de papel; latim; larg. 213 x alt. 315 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado; primeira linha com iniciais decoradas; várias assinaturas autógrafas; selo de chapa; carimbo.



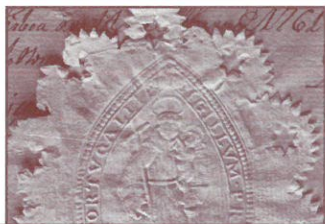
44

1755 FEVEREIRO, 22, Roma  
(Santa Maria Maior)

*Breve do papa Bento XIV dirigido ao patriarca de Lisboa, autorizando que seja rezada missa nos oratórios das casas de João Manuel de Noronha, marquês de Tancos e conde de Atalaia.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 44.

Original; latim; pergaminho; larg. 421 x alt. 423 mm; escrita humanística tardia; conservação razoável (bastante danificado na parte inferior, sem, contudo, prejudicar a leitura); assinatura autógrafa; endereço no verso e registo de 2 de Junho de 1755, Lisboa, dando autorização para se celebrar missa nos oratórios das casas do impetrante.



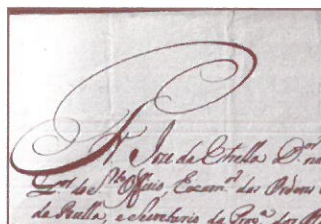
45

1762 MAIO, 24(?), Lisboa  
(convento de Santo António)

*Fr. Timóteo da Conceição,*  
*examinador de Teologia,*  
*qualificador do Santo Ofício,*  
*examinador das três Ordens*  
*militares, sinodal do Patriarcado e*  
*do priorado do Crato, consultor da*  
*Bula, ex-custódio e ministro*  
*provincial da Província de Santo*  
*António do reino de Portugal,*  
*escreve a José Joaquim de Miranda,*  
*admitindo-o na sua irmandade na*  
*vida e na morte e aceitando-o em*  
*todos os sufrágios e rogativas desta*  
*província e dos seus religiosos.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 45.

Original; português; papel; larg. 221 x alt. 341 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado (um pouco rasgado na parte superior); selo de chapa, bem conservado, com a imagem de Santo António com o Menino no colo; assinatura autógrafa de Fr. Timóteo.



46

1766 ABRIL, 14, Xabregas  
(convento de S. Francisco)

*Fr. José da Estrela, doutor em*  
*Teologia, qualificador do Santo*  
*Ofício, examinador das Ordens*  
*militares, consultor da Bula,*  
*secretário da província dos*  
*Algarves, certifica que pelos*  
*religiosos dessa província foram*  
*ditas cem missas pelas almas e*  
*quatrocentas por alma de D.*  
*Maria de Bourbon, todas de*  
*esmola de 120, mandadas dizer*  
*por seu filho José Joaquim de*  
*Miranda e Henriques.*

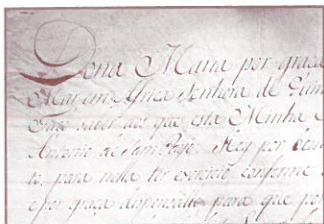
FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 46.

Original; português; papel; larg. 209 x alt. 303 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado; selo de chapa, razoavelmente conservado; assinatura autógrafa de Fr. José da Estrela.









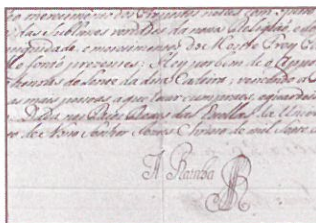
47

1777 NOVEMBRO, 15, Lisboa

D. Maria I faz mercê ao bacharel  
Bento António de Sampaio de um  
lugar ordinário de desembargador  
da Relação e Casa do Porto.  
Autoriza ainda que seja o seu  
procurador a prestar juramento  
na chancelaria-mor do reino e a  
tomar posse desse lugar.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 47.

Original; português; pergaminho; larg. 371 x alt. 254 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado (com pequeno rasgão no fundo); furos de suspensão de selo pendente; assinatura autógrafa da rainha; assentos vários no verso, onde se encontra registada a tomada de posse do lugar outorgado pelo procurador de Bento António de Sampaio, o desembargador Rodrigo Coelho, a 20 de Dezembro de 1777.



48

1779 SETEMBRO, 10, Coimbra  
(paços reais das escolas da  
Universidade)

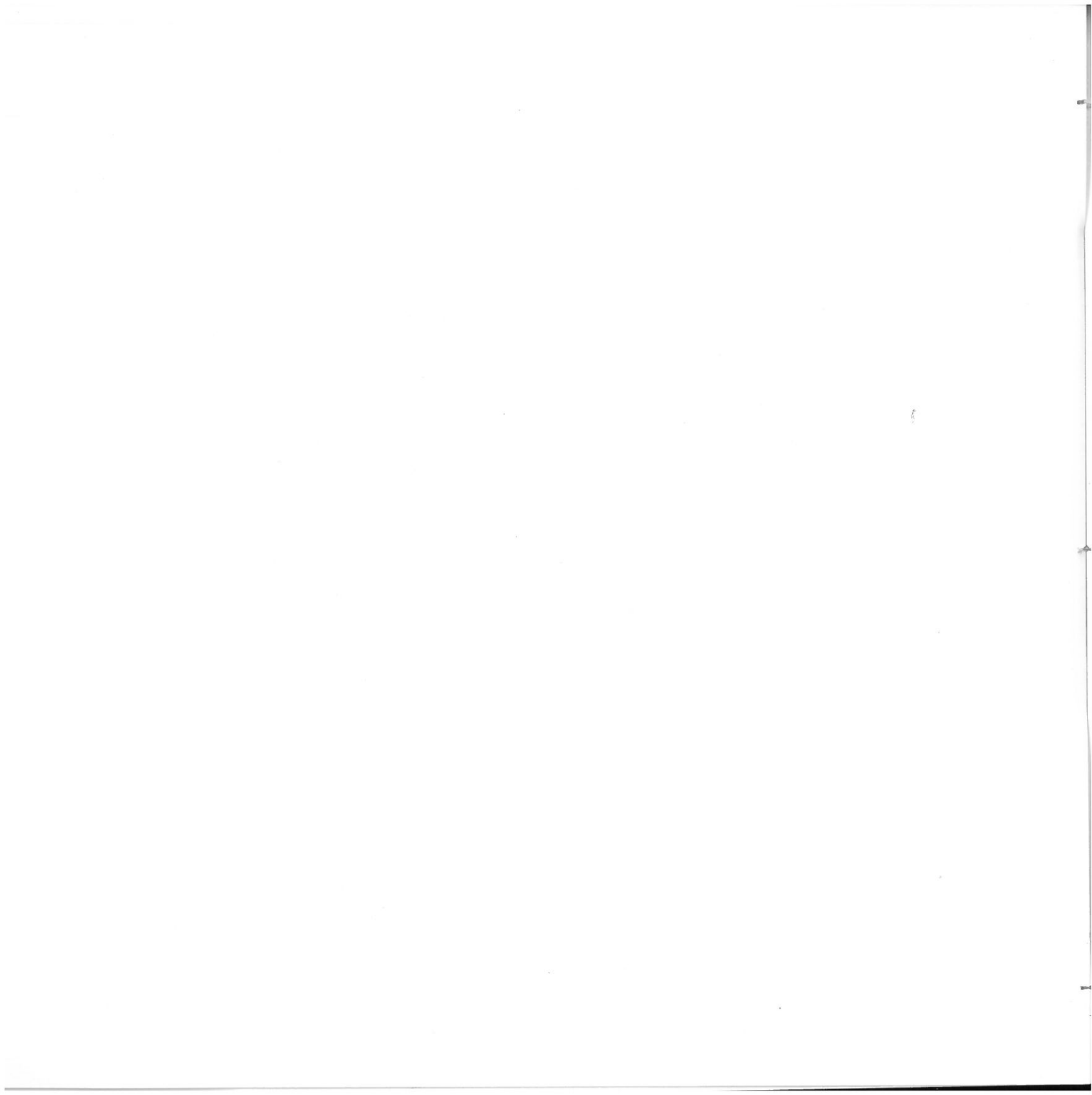
D. Maria I, enquanto protectora  
da Universidade de Coimbra,  
escreve ao bispo de Coimbra,  
reitor da Universidade,  
nomeando para lente da segunda  
cadeira de Dogmática o Mestre  
Fr. Pedro da Trindade, que  
receberá uma tença anual de  
30 000 réis.

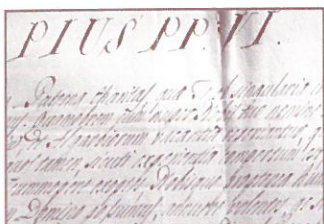
FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 48.

Original; português; bifólio de papel; larg. 379 x alt. 247 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado; assinaturas autógrafas da rainha e do reitor da Universidade; assentos vários no verso.









49

1782 FEVEREIRO, 19, Roma  
(S. Pedro)

Breve do papa Pio VI dirigido à rainha de Portugal D. Maria Francisca, autorizando-a a utilizar para os fins pios que entender os rendimentos de benefícios vagos do padroado régio, da Casa de Bragança e da Casa da Rainha, bem como de outros benefícios livres de colação existentes no reino.

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 49.

Original; latim; pergaminho; larg. 466 x alt. 255 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado; assinatura autógrafa; endereço no verso.



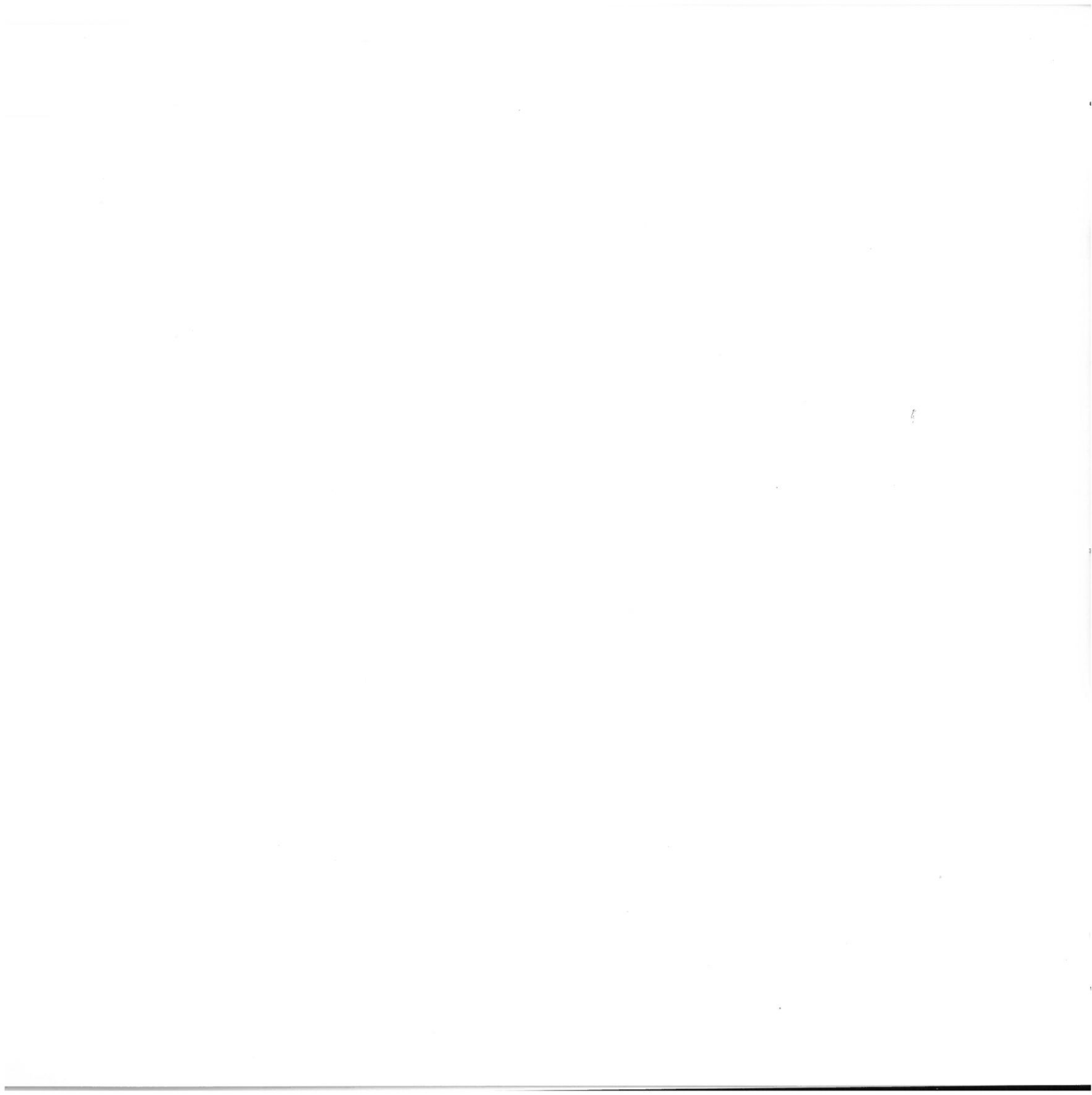
50

1794 JULHO, 15, Lisboa

O núncio apostólico Carlos Bellisomi envia carta ao vigário no espiritual da Diocese de Castelo Branco, fazendo saber que o sacerdote José Joaquim Ruivo, desse bispado, lhe mandara dizer que fora acusado do crime de bater num clérigo, e pedia a anulação da pena de excomunhão maior e de irregularidade em que incorrera. Inclui o beneplácito régio dado por D. Maria I em Queluz, a 2 de Agosto de 1794.

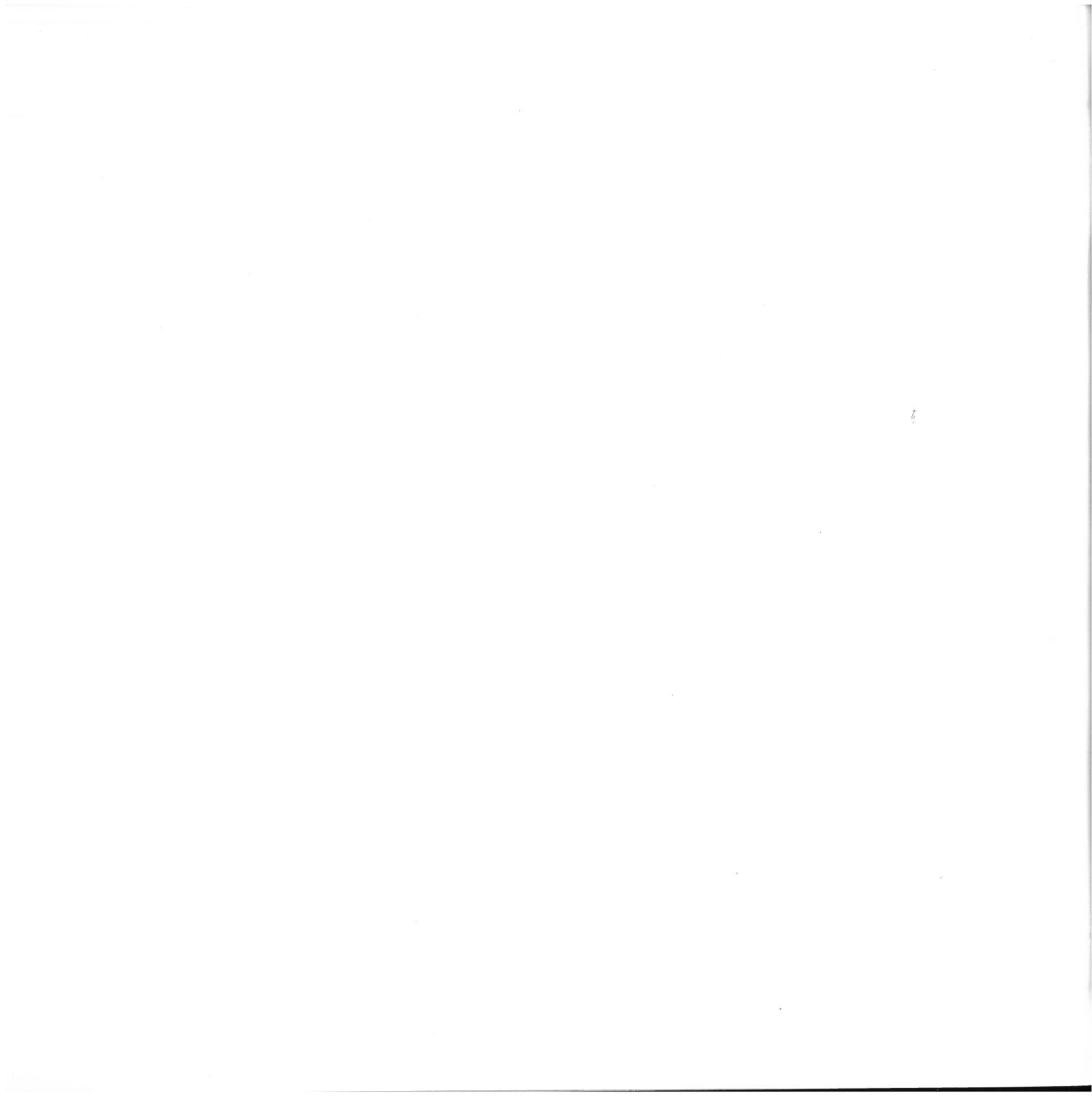
FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 50.

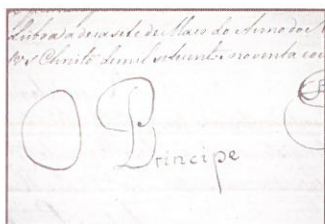
Original; latim; pergaminho; larg. 408 x alt. 190 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado; selo de chapa; várias assinaturas autógrafas; assentos no verso.











51

1798 MAIO, 17, Lisboa

*D. João, príncipe do Brasil, por sua carta patente, concede a António Xavier Lopes a mercê de o prover no posto de sargento-mor das ordenanças da Sagrada Religião de Malta, no ramo de Sezures da comenda de Águas Santas, que estava vaga.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 51.

Original; português; bifólio de papel; larg. 221 x alt. 348 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado; assinatura autógrafa do príncipe; selo de chapa no fl. 1v., bem conservado; assentos vários nos fólhos interiores.



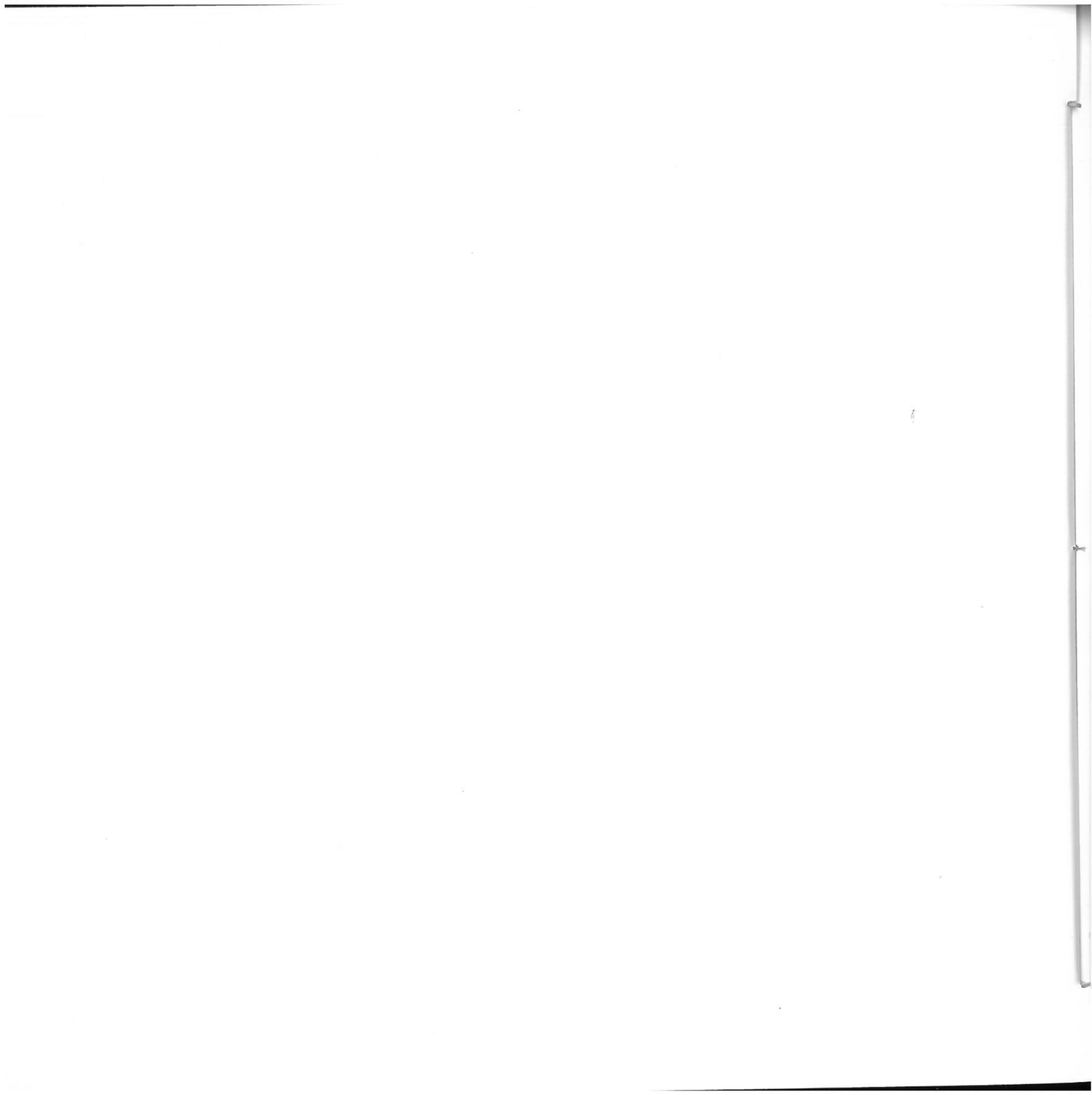
52

1798 JULHO, 23, Lisboa

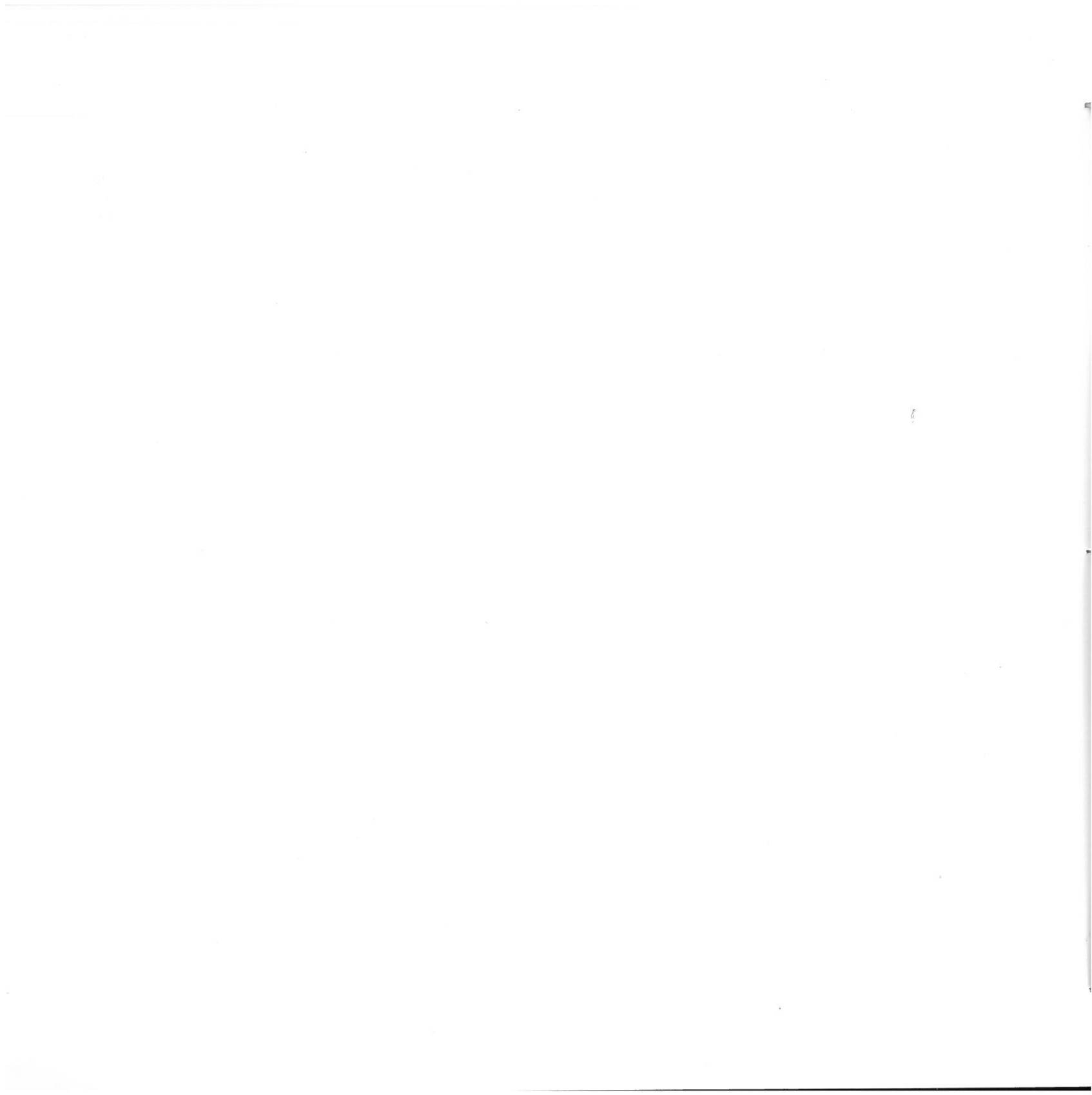
*D. Maria I outorga carta de legitimação a José, solteiro, filho natural de João António da Silva e de D. Angélica Teresa de Magalhães Fontoura, de Chaves, de modo a poder receber a herança de sua mãe e a gozar de todos os direitos que teria se fosse nascido de legítimo matrimónio.*

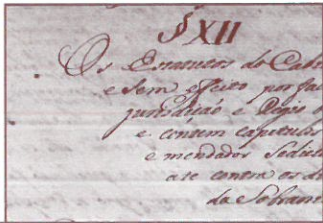
FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 52.

Original; português; bifólio de pergaminho, estando o documento escrito nos fls. 1r. e 1v.; larg. 258 x alt. 341 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado; selo de chapa pendente; assentos vários no fl. 2r.; o pergaminho tem apostado o carimbo do imposto de selo de 1 000 réis.









53

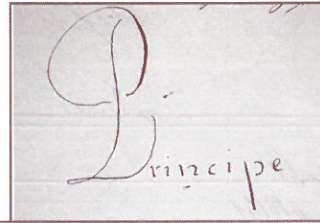
[Último quartel do séc.  
XVIII]

*Memorial dos cônegos meios  
prebendados e tercenários da Sé  
Catedral de Coimbra.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 53.

Original; português; livro manuscrito em papel, com 190 páginas;  
escrita caligráfica moderna.

*Obs.: datação crítica pelas datas dos documentos que o manuscrito  
inclui e pelo facto de este se inserir na questão que, no último quartel  
de Setecentos, opôs os raçoeiros e os cônegos do cabido da Sé de  
Coimbra.*



54

1814 FEVEREIRO, 11, Rio de  
Janeiro

*O príncipe regente, querendo  
condecorar João de Sousa de  
Mendonça Corte-Real, marechal  
de campo dos exércitos reais, faz-  
-lhe mercê, por alvará, de uma  
comenda da Ordem de Avis, da  
lotação de vinte mil réis, que  
estiver livre ou vier a vagar.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 54.

Original; português; bifólio de papel; larg. 234 x alt. 369 mm;  
escrita caligráfica moderna; conservação razoável; teve selo de  
chapa; selo branco; assinatura autógrafa do príncipe; assentos  
vários nos fólhos interiores.

esta brevemente com a designação a  
ta mesma Ordem, e em virtude da  
aínda se julga o despacho neces-  
sário a guisa de manterem justos e  
de honra com a dita Ordem de S.  
Marquês de Aguiar

55

1814 DEZEMBRO, 20, Rio de Janeiro

*O Marquês de Aguiar autoriza João de Sousa de Mendonça Corte-Real, marechal de campo dos exércitos reais, nomeado comendador honorário da Ordem da Torre e Espada pelo príncipe regente, por decreto de 17 do corrente mês, a usar livremente a insígnia de comendador dessa Ordem, apesar de não terem ainda sido expedidos os decretos necessários para tal.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 55.

Original; português; bifólio de papel; larg. 199 x alt. 317 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado; selo de chapa, em bom estado; assinatura autógrafa do Marquês de Aguiar.

com juro de b. e f. de 1819  
pelo qual se dá a conhecer a  
sua fidelidade e obediência  
ao Sr. D. João VI Rey de Portugal  
e das Algarves e do Brasil  
e a sua fidelidade e obediência  
ao Sr. D. Pedro de Almeida Portugal  
Duque de Bragança e do  
Rio de Janeiro  
Fr. Luís da Rocha

56

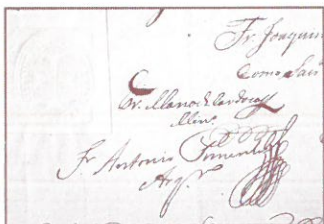
1819 JUNHO, 30

*Fr. Luís da Rocha, pregador-geral, definidor e sacristão-mor do convento da Santíssima Trindade de Lisboa, certifica que consta do fl. 58v. do Livro da Sacristia o encargo de rezar uma missa quotidiana e um ofício de nove lições no oitavo dos Santos pela capela de Jorge de Albuquerque. Essa obrigação encontra-se cumprida até ao S. João de 1819.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 56.

Original; português; papel; larg. 208 x alt. 300 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado; selo de chapa; várias assinaturas autógrafas e um registo, de 30 de Junho de 1819.





57

1826 JANEIRO, 12

*Fr. Joaquim das Neves, pregador jubilado da Ordem da Santíssima Trindade, actual sacristão-mor do convento de Lisboa, certifica que consta do fl. 58 v. do Livro da Sacristia o encargo de 363 missas rezadas e um ofício de nove lições cantado no oitavário dos Santos pela capela de Jorge de Albuquerque, de que é administrador o Visconde de Souzel António de Miranda Henriques. O referido encargo encontra-se cumprido até ao S. João do ano de 1824.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 57.

Original; português; papel; larg. 209 x alt. 304 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado; selo de chapa; várias assinaturas autógrafas e um registo.



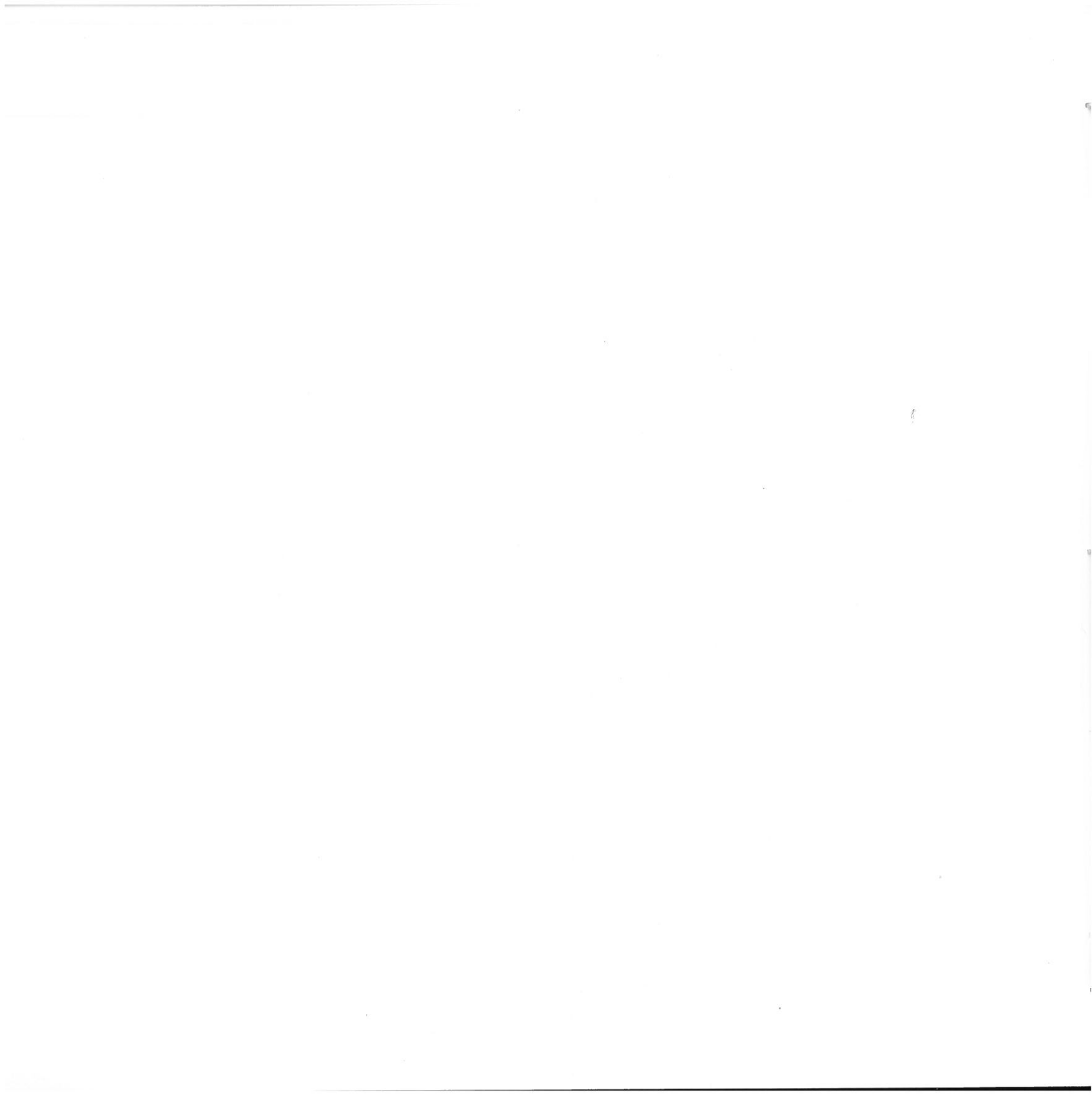
58

1826 OUTUBRO, 14, Lisboa

*D. Isabel Maria, infanta regente do reino, faz mercê, em nome do rei, a D. Miguel Vaz Guedes de Ataíde Azevedo e Brito do senhorio da honra de Barbosa (comarca de Penafiel), cujo último administrador fora seu bisavô D. António José de Ataíde, e manda ao corregedor da comarca que lhe dê posse desse senhorio. Inse alvará dado em Lisboa pela mesma infanta, a 3 de Junho de 1826, confirmando ao referido impetrante o senhorio da honra de Barbosa, e mandando a Mesa do Desembargo do Paço passar-lhe a respectiva carta.*

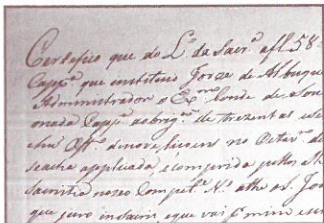
FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 58.

Original; português; bifólio de pergaminho; larg. 235 x alt. 360 mm; escrita caligráfica moderna; bem conservado; selo de chumbo pendente de fio de seda e ouro, terminando em borla; assentos vários nos fls. 2r. e 2v., onde se encontra também o acto de tomada de posse da honra de Barbosa, de 14 de Novembro de 1826.





1914  
1915  
1916  
1917  
1918  
1919  
1920  
1921  
1922  
1923  
1924  
1925  
1926  
1927  
1928  
1929  
1930  
1931  
1932  
1933  
1934  
1935  
1936  
1937  
1938  
1939  
1940  
1941  
1942  
1943  
1944  
1945  
1946  
1947  
1948  
1949  
1950  
1951  
1952  
1953  
1954  
1955  
1956  
1957  
1958  
1959  
1960  
1961  
1962  
1963  
1964  
1965  
1966  
1967  
1968  
1969  
1970  
1971  
1972  
1973  
1974  
1975  
1976  
1977  
1978  
1979  
1980  
1981  
1982  
1983  
1984  
1985  
1986  
1987  
1988  
1989  
1990  
1991  
1992  
1993  
1994  
1995  
1996  
1997  
1998  
1999  
2000  
2001  
2002  
2003  
2004  
2005  
2006  
2007  
2008  
2009  
2010  
2011  
2012  
2013  
2014  
2015  
2016  
2017  
2018  
2019  
2020  
2021  
2022  
2023  
2024  
2025



59

1827 JANEIRO, 16, Lisboa

(convento da Santíssima  
Trindade)

*Fr. Joaquim das Neves, religioso  
pregador jubilado da Ordem da  
Santíssima Trindade, actual  
sacristão-mor do convento de Lisboa,  
certifica que consta do fl. 58v. do  
Livro da Sacristia a obrigação da  
capela instituída por Jorge de  
Albuquerque, de que é agora  
administrador o Conde de Souzel.  
A obrigação é de 363 missas rezadas  
e um ofício de nove lições no  
oitavário de Todos os Santos, e está  
cumprida até ao S. João de 1825.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 59.

Original; português; papel; larg. 210 x alt. 306 mm; escrita  
caligráfica moderna; bem conservado; selo de chapa; várias  
assinaturas autógrafas e recibo de 18 de Janeiro de 1827.



60

1888 MAIO, 24, [Lisboa] (Paço)

*D. Luís concede a Bernardo  
Heitor Emiliano Furtado a  
serventia vitalícia do emprego de  
aspirante da alfândega de Lisboa.*

FLUC - IPD — Col. Isaías R. Pereira, nº 60.

Original; português; bifólio de pergaminho, com minuta impressa  
do Ministério da Fazenda; larg. 264 x 375 mm; escrita caligráfica  
moderna; bem conservado; selo de chapa pendente de fita de  
seda azul e branca; registos vários nos fls. 2r. e 2 v.

Departamento de História  
Instituto de Paleografia e Diplomatística  
Universidade de Coimbra

